Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 29 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.212
ISSN 1980-9123

INÊS 249

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

NOVAS POSSIBILIDADES COM REAL DIGITAL

Pagamentos B2B e transações instantâneas serão beneficiados.
Por Marilyn Hahn, **página 2**

DOENÇA POR EXCESSO DE TÉDIO NO TRABALHO

A segurança emocional nas empresas precisa ser repensada.
Por Andréa Ladislau, **página 2**

LEILÕES DA CHRISTIE'S PARA JOVENS

Casa de leilões terá tênis, skates e objetos da cena pop.
Por Antonio Pietrobelli, **página 4**

Alemanha já está em recessão, dizem pesquisadores

A economia alemã já está em recessão como resultado da crise energética, das altas taxas de inflação e do encolhimento do comércio global, disse nesta quarta-feira o Instituto de Pesquisa Econômica (DIW Berlin) do país.

"Infelizmente, não há luz no fim do túnel no momento", disse o especialista econômico da DIW Guido Baldi, que estima que o Produto Interno Bruto (PIB) da maior economia da Europa encolherá aproximadamente 5% em 2022 e 2023.

"Enormes aumentos nos preços da energia estão levando a perdas dramáticas no poder de compra e ameaçam tornar a produção não lucrativa em muitas empresas", disse a DIW Berlin, de acordo com a agência de notícias Xinhua.

A taxa de inflação da Alemanha subiu para um recorde de 7,9% em agosto, de acordo com o Departamento Federal de Estatística (Destatis). Isso foi impulsionado pelo aumento dos preços dos produtos energéticos, que subiram 35,6% ano a ano.

A crise energética está se tornando o maior problema para a indústria alemã. "Para algumas empresas, pode surgir em breve a questão de saber se atualmente vale a pena manter a produção", alertou a especialista econômica da DIW Laura Pagenhardt.

Ao mesmo tempo, as encomendas domésticas e internacionais começaram a diminuir. "Pelo menos os gargalos até então persistentes nas cadeias de suprimentos internacionais parecem estar diminuindo gradualmente, permitindo que a ainda alta carteira de pedidos seja processada com mais eficiência", disse a DIW Berlin.

Em julho, as carteiras de pedidos no setor manufatureiro da Alemanha aumentaram 12,6% ano a ano, já que os pedidos não atendidos atingiram o nível mais alto desde que os registros começaram em 2015, de acordo com o Destatis.

A dívida pública da Alemanha aumentou € 25 bilhões no segundo trimestre de 2022, para € 2,34 trilhões, informou o Departamento Federal de Estatística nesta quarta-feira.

O governo alemão já apresentou três pacotes de ajuda totalizando € 95 bilhões, incluindo apoio energético de curto prazo durante o inverno e um aumento geral nos pagamentos de assistência social.

Charles Damasceno/Agência Sebrae

Do banco da faculdade para o balcão da loja

Nível superior só acha emprego de menor qualificação

O número de brasileiros ocupados superou o período anterior à crise sanitária. No 2º trimestre de 2022, havia 98,3 milhões de pessoas ocupadas no país, ante 94,2 milhões do 2º trimestre de 2019. Porém, a ocupação tem aumentado principalmente em posições que requerem menos escolaridade e que pagam menores salários, o que revela um mercado de trabalho empobrecido e com poucas perspectivas de ascensão para os trabalhadores, de acordo com o Boletim Emprego em Pauta, de setembro, do Dieese.

Proporcionalmente, a ocupação cresceu com mais intensidade entre as pessoas com menor escolaridade, como aqueles sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (31,4%), e entre os que possuem ensino médio incompleto ou equivalente (14%). Já entre aqueles com ensino superior completo, a quantidade de ocupados aumentou somente 3,6%, enquanto entre os que têm superior incompleto ou equivalente, ampliou-se em 6,1%.

Para piorar o quadro, os trabalhadores com superior completo estão encontrando emprego em ocupações que não são consideradas típicas, ou seja, estão abaixo de suas qualificações. No 2º trimestre de 2022, o número de ocupados com ensino superior teve acréscimo de 749 mil, na comparação com o ano anterior. Entretanto, nas ocupações típicas para pessoas formadas (como diretores, gerentes e profissionais das ciências e intelectuais), o aumento foi de apenas 160 mil.

Os demais 589 mil trabalhadores com nível foram parar em funções não típicas para profissionais com ensino superior, como balconistas e vendedores de lojas e vendedores a domicílio. Juntas, essas duas ocupações englobavam 567 mil pessoas com ensino superior completo.

Não surpreende que os ocupados com superior completo foram os que tiveram a maior perda em rendimento médio (5,6%), seguido por aqueles com ensino médio incompleto ou equivalente (-1,8%). Os ocupados sem instrução e com menos de 1 anos de estudo tiveram aumento do rendimento médio do trabalho (3,2%), assim como aqueles com ensino fundamental completo ou equivalente (0,8%).

Aplicação em CDB se aproxima da poupança

Depois que uma pesquisa do Ipec (ex-Ibope), encomendada pelo C6 Bank, apontou crescimento do número de brasileiros que investem seus recursos em certificados de depósito bancário (CDBs) diante do aumento para 13,75% da Selic, a taxa básica de juros, este tipo de investimento caiu nas graças de quem deseja proteger o bolso. Entre os títulos de renda fixa mais tradicionais do mercado, os CDBs agora respondem por 22% dos investimentos, número que se aproxima dos 28% investidos na poupança – ainda a principal aplicação do país.

Os fundos de investimentos aparecem com participação de 16%, seguidos das ações (14%), do Tesouro Direto (13%) e linhas de crédito imobiliário (LCI) e linhas de crédito do Agronegócio (LCA), com 9%. Num cenário econômico de incertezas – com os economistas apontando severa inflação nos últimos doze meses enquanto o Governo insiste no discurso de deflação no último trimestre –, é grande o risco de se guardar o dinheiro embaixo do colchão.

Especialista em gestão de negócios e de patrimônio financeiro da W Financial, Paco Fazito ressalta que o cenário é instável. Ele recomenda que, antes mesmo de se pensar em investir no médio ou longo prazo, é necessário ter uma reserva de emergência.

Fazito defende que o pequeno investidor busque ativos mais conservadores e de renda fixa, aproveitando a tendência de alta da Selic nos próximos dois anos – considerando a previsão de que permanecerá numa faixa acima dos 10% aproximadamente. "A primeira coisa a se saber ao contratar um produto financeiro é a certeza de que o dinheiro renda acima da inflação".

Cintra explica como funcionaria o Imposto Único

A proposta do Imposto Único Federal (IUF) prevê substituir 11 tributos de competência federal, ao mesmo tempo em que se estenderia o limite de isenção do Imposto de Renda da pessoa física até cinco salários mínimos e reduziria a alíquota do IR da pessoa jurídica de 34% para 25%.

Quem explica é o autor da proposta, o economista Marcos Cintra, candidato a vice-presidente na chapa da senadora Soraya Thronicke, ambos do União Brasil. Em entrevista exclusiva ao **Monitor Mercantil**, Cintra explica que o projeto de reforma tributária alcança apenas os tributos federais, e deixa os tributos estaduais e municipais como se encontram, "o que não quer dizer que eles não devam ser reformados".

"A característica fundamental do IUF é que ele elimina uma série de incidências, sendo que o mais significativo é que a contribuição para o INSS deixa de ser cobrada, tanto a patronal de 20% sobre a folha, quanto a dos empregados, que vai de 7,5% até 14%. Ao eliminar essas contribuições, o IUF corrige um dos maiores defeitos, do meu ponto de vista, do nosso sistema tributário que é uma pesadíssima tributação do nosso fator trabalho", analisa.

O reconhece que o imposto é cumulativo, mas salienta que o impacto da cumulatividade não é uma verdade imperativa. Lembra que PIS e Cofins têm os regimes cumulativo e não cumulativo, e as empresas, majoritariamente, preferem o cumulativo. **Página 6**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3765
Dólar Turismo	R$ 5,5580
Euro	R$ 5,2338
Iuan	R$ 0,7466
Ouro (gr)	R$ 287,44

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Real Digital e as novas possibilidades para o sistema financeiro

Por Marilyn Hahn

O mercado financeiro tem vivido uma forte onda de inovação nos últimos anos, impulsionada por uma agenda estratégica do Banco Central com foco na inclusão financeira, maior concorrência e, claro, mais transparência nas relações com os consumidores. Palavras como Pix, Open Banking, entre outras têm ganhado espaço no vocabulário e no dia a dia da jornada de consumo do brasileiro.

Desde 2020, um novo conceito ganhou força na pauta dessa agenda de inovação: as CBDCs (Central Bank Digital Currencies) representações digitais da moeda física hoje em circulação na economia. No Brasil, nossa CBDC é chamada de Real Digital e tem gerado grande expectativa dentre os agentes do mercado.

Espera-se que o Real Digital traga mais segurança, privacidade e rastreabilidade, já que será desenvolvido em blockchain. O fato de utilizar essa tecnologia traz uma maior "programabilidade" ao sistema financeiro nacional, ou seja, a possibilidade de usar a moeda para resolver facilmente casos de uso da vida real por meio de protocolos, como finanças descentralizadas (DeFi), entrega contra pagamento (DvP) e internet das coisas (IoT).

Além disso, na visão do Banco Central, a inovação deve acompanhar a evolução tecnológica da economia nacional para contribuir com inovações e novos modelos de negócio, mas sem perder a essência: a ideia é continuar sendo um instrumento para manter a estabilidade monetária e financeira.

E como o Real Digital muda os fluxos de pagamento? A riqueza dessa tecnologia está no nível de desintermediação e viabilização do que chamamos de smart contracts, ou seja, contratos programáveis inteligentes que não necessariamente precisem de um intermediador ou facilitador.

Imagine o seguinte cenário: você quer comprar um apartamento e para concluir a compra e receber a escritura do imóvel, precisa transferir um montante determinado ao dono. Perceba que, neste momento, é quase impossível que o ato do pagamento e o ato da transferência da escritura aconteçam no mesmo momento, gerando uma assimetria no processo e riscos ao negócio.

Pagamentos B2B e transações instantâneas serão beneficiados

Para facilitar a transação e ter mais confiabilidade de que tudo vai dar certo, a outra parte (que não conhece você), contrata uma imobiliária, que cobra 20% para intermediar a transação. Você provavelmente verá essa taxa refletida no preço final do imóvel, mesmo assim, a imobiliária não garante a total mitigação dos riscos da operação.

Num fluxo com o Real Digital – se o imóvel estiver cadastrado no metaverso e tokenizado – é possível que você conclua essa transação em instantes, enviando o pagamento com as informações da ordem de compra, que serão validadas pelo token do apartamento, confirmando o evento. De forma instantânea, a escritura do imóvel é sua, e o dinheiro estará na conta de quem vendeu o imóvel. Incrível, certo?

Agora vamos levar as premissas desse caso de uso simples para outro patamar e pensar em setores da economia com sistemas complexos de pagamentos e bastante pulverizados, como é o caso do agronegócio. Créditos e seguros rurais contratados de forma mais fácil diretamente de aplicativos conectados a lavoura, dando mais previsibilidade da produção ao investidor, bem como dinheiro programável para destinações específicas e inteligentes dentro da gestão do negócio são apenas o início e podem significar uma redução nos custos de empréstimos e na operação da transação.

O uso do Real Digital em setores tradicionais da economia, menos maduros em relação à transformação digital como o agronegócio, saúde e a indústria no geral, por exemplo, é uma das grandes expectativas dos agentes de mercado. Apesar da grande penetração, o Pix ainda não foi capaz de simplificar as cadeias de pagamento B2B. Enquanto temos mais de 122 milhões de pessoas físicas utilizando o pagamento instantâneo, esse número diminui significativamente quando falamos em pessoas jurídicas, que somam pouco mais de 9,7 milhões de usuários.

Neste sentido, podemos incluir nessa discussão também os pagamentos cross boarder e a diminuição de barreiras de internacionalização dessas empresas: um estudo do JP Morgan estima que seria possível empresas economizarem cerca de US$ 100 bilhões com custos em transações internacionais já que se espera que a adoção por moedas digitais seja mundial, tendo em vista que diversos países já possuem iniciativas sobre o tema. O maior acesso e interoperabilidade que a tecnologia blockchain prevê é totalmente ganha-ganha para o comércio global.

Apesar da ansiedade que tem se gerado em torno das mais diversas possibilidades que o Real Digital permite, o produto deve ser lançado oficialmente pelo Banco Central para testes apenas em 2023. Além disso, existe um desafio gigantesco em termos de infraestrutura do próprio sistema financeiro nacional que comporta o cenário atual e não o processamento de uma tecnologia blockchain, por exemplo. Por fim, há também a necessidade de melhor entendimento do regulador em relação a novas diretrizes de políticas monetárias nacionais e como ficará toda a gestão da liquidez e riscos de crédito com a nova tecnologia.

Mesmo com esses desafios, as CBDCs devem trazer uma nova gama de possibilidades para todos os participantes do sistema financeiro além de impulsionar uma série de inovações ainda nem mapeadas na cadeia.

Marilyn Hahn é cofundadora e COO do Bankly.

Burnout ou Boreout? Síndromes que geram o adoecimento mental no trabalho

Por Andréa Ladislau

A Síndrome de Burnout já é nossa velha conhecida. Tanto que, em janeiro de 2022, ela foi oficializada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma síndrome crônica na nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), especificando o adoecimento psíquico através do esgotamento e da sobrecarga profissional. Mas e quando o colaborador também adoece pelo excesso de tédio no trabalho? Neste caso, surge a Síndrome de Boreout, outro problema emocional que vem preocupando as empresas, causado por um tédio crônico que pode levar à depressão, ansiedade, insônia e ao estresse.

As altas cargas horárias de trabalho podem ser prejudiciais para a saúde mental, assim como o tédio constante, pois geram afastamentos e uma maior rotatividade no quadro funcional das instituições. Claro que sentir-se entediado em algum momento da vida não é nada absurdo. A questão é quando esse tédio se arrasta, distanciando a expectativa da realidade, de forma intensa e prolongada, provocando desânimo, inquietação, falta de interesse e foco. Além de tudo que essa síndrome pode causar, ela tira o brilho e a vivacidade do indivíduo, que acaba por perder o interesse em se envolver em atividades corriqueiras.

A segurança emocional nas empresas precisa ser repensada bem como na vida cotidiana de todo ser humano. Visto que, se não for identificada a tempo, a Síndrome de Boreout pode se agravar, causando ainda mais frustração e, até mesmo, depressão e afastamento social, já que o isolamento está diretamente relacionado ao fato de que a pessoa começa a se sentir inútil e sem condições de desempenhar seus papéis.

Porém, ao perceber sinais de Boreout, esse indivíduo deve ser encaminhado a um psicanalista ou psiquiatra para que a situação possa ser melhor avaliada e um tratamento adequado seja proposto, objetivando, através da intervenção terapêutica, diminuir os impactos que a síndrome exerce na saúde mental desse colaborador. O estado de apatia e desinteresse desmotivam e minam o prazer de viver e de estar em comunidade, por isso é necessário implantar um senso de humanidade nas organizações para resgatar o estímulo ao equilíbrio físico e mental na vida pessoal e profissional de cada funcionário.

A segurança emocional nas empresas precisa ser repensada

Uma boa dica é contribuir com atividades que provoquem um ambiente saudável e de competitividade natural, sem exageros, para que as pessoas se sintam estimuladas a se autodesenvolverem e participarem. Além disso, uma comunicação clara e transparente faz muita diferença, assim como abrir espaço para que as pessoas possam externar seus sentimentos e verbalizar suas emoções, sempre através de uma escuta ativa e sem julgamentos prévios.

Outra dica é a criação de atividades internas que incentivem o indivíduo a encontrar pequenas motivações diárias a serem intercaladas com o trabalho. Hobbies podem gerar excelentes resultados. Fato é que cada dia precisa ser significativo e valorizado, afinal, tanto a Síndrome de Burnout quanto a Boreout podem atingir qualquer pessoa em atividade laboral.

Enfim, mais uma vez constatamos a clara necessidade de conhecimento e divulgação de doenças relacionadas ao adoecimento emocional, no sentido de evitar julgamentos e o surgimento de maiores dores. Na verdade, o tédio não faz mal algum, pelo contrário, não fazer nada, às vezes, também auxilia a saúde mental. Mas esse tédio, para ser saudável, precisa ser passageiro, sem provocar sintomas desagradáveis. Ele se torna um problema quando vira companheiro eterno do indivíduo e se associa às emoções prejudiciais à saúde mental, gerando transtornos constantes.

Andréa Ladislau é psicanalista.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

ESG: apenas tentando fazer de conta

Por falta de maturidade corporativa, por desconhecimento, ou até por má fé, vemos organizações que ainda acreditam que o ESG (da sigla em inglês para ambiental, social e governança) seja modismo, ou que se resuma a poucas e pequenas ações que não significam efetiva mudança de postura, explica o especialista Leonardo Barém Leite, sócio do escritório Almeida Advogados.

Em outras palavras, há quem não tenha de fato "comprado a ideia" e apenas "tente fazer de conta". Essas fragilidades podem dar lugar à tentação de se tentar "maximizar" a comunicação e até o marketing, sem "alicerce" real, dando lugar ao greenwashing ou ESG washing, critica Barém.

No caso de bancos e de fundos de investimento, há 2 grandes riscos, na operação em si, e nos seus impactos indiretos. Alguns bancos dizem financiar apenas projetos sustentáveis, mas que na prática ocorrem sem o devido cuidado ou profundidade de avaliação.

"Há, ainda, fundos e índices que são apenas resultados financeiros de investimento e que têm o ESG apenas no nome ou na base da remuneração, mas sem que de fato financiem projetos de sustentabilidade plena. A legislação e a regulação precisam evoluir muito para coibir essas práticas, mas é também papel de toda a sociedade, conclui o advogado.

Por que André Ceciliano

Este colunista conheceu André Ceciliano quando ele ainda militava no mercado financeiro – foi dono de uma pequena corretora de valores no início dos anos 2000. Depois, reencontrou-o quando era prefeito de Paracambi e deputado estadual. À frente da Assembleia Legislativa, André mostrou capacidade de articulação, união e, acima de tudo, defesa dos interesses do Rio de Janeiro. Não há dúvida de que, eleito senador, logo se tornará um dos líderes do Senado.

O Rio precisa reativar sua economia. Além de aproveitar melhor os ganhos com petróleo, retomar a indústria naval e a liderança na indústria criativa, assumir a ponta em pesquisa. Em Brasília, André trabalhará por essas bandeiras.

Além disso, a candidatura de André fez parte de uma união progressista para tirar o Rio de Janeiro do buraco em que foi metido. Por tudo isso, é a escolha certa.

Viés de alta

A coisa está feia para Bolsonaro. O Paraná Pesquisas, que, no levantamento da 2ª quinzena de setembro, dava empate técnico entre Lula e o candidato à reeleição (39,6% a 36,5%), levou esta diferença, na pesquisa divulgada dia 27, para 6,3 pontos percentuais (42,7% x 36,4%).

Rápidas

A ministra Cármen Lúcia, do STF, participará da abertura do webinário "Mulheres: direitos, movimentos, lutas e projetos", que o IAB realizará nesta quinta-feira, 16h30, presencial e pela TVIAB no YouTube *** Sócio do Schmidt Valois Advogados, Paulo Valois debaterá "Política de Regulação e Atração de Investimentos", nesta quinta, 12h, no estúdio BackStage na Rio Oil & Gas *** Paulo Maximilian Schonblum, sócio do Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados, será o palestrante do painel "Análise de Juros na Atualidade", do I Congresso Nacional de Direito Bancário, organizado pela OAB Nacional no auditório da OAB-PE, nestas quinta e sexta.

Bolívia: estabilidade e crescimento para rejeitar receitas do FMI

O crescimento econômico da Bolívia, um dos melhores da região em vários anos, juntamente com estabilidade, redução da pobreza, desdolarização bem-sucedida e inflação controlada são os argumentos do governo para sustentar sua comunidade produtiva social modelo econômico e rejeitam as receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo autoridades.

O porta-voz presidencial Jorge Richter disse à Xinhua que há muitas razões, incluindo bons indicadores macroeconômicos e estabilidade, para não aceitar as prescrições do FMI. Ele resumiu que a implementação de um modelo econômico próprio na Bolívia, sem receitas internacionais, de 2006 até hoje, com intervalo no governo interino de Jeanine Áñez (2019-2020), conseguiu direcionar bom crescimento econômico, superávit comercial, inflação controlada, diminuição da pobreza, subsídios a favor do povo, estabilidade e controle de preços.

Sobre a política de subsídios aos hidrocarbonetos, que o FMI pede para mudar, Richter enfatizou que ela é sustentável na Bolívia, porque, em sua opinião, o Estado tem capacidade de assumi-los e absorver as pressões inflacionárias. Explicou que os subsídios para hidrocarbonetos, tarifas de eletricidade, alimentos e fertilizantes sustentam a população, controlam preços estáveis e evitam a inflação.

Richter considerou que a retirada dos subsídios traria um aumento nos preços de diversos produtos, inclusive combustíveis, com impacto direto nos setores mais vulneráveis da sociedade. Também lembrou que a gestão da política econômica é soberana, com resultados que mantêm um crescimento sustentado. Dessa forma, ele se referiu ao relatório da diretoria executiva do FMI, na Consulta do Artigo IV de 2022 com a Bolívia, emitida em 14 de setembro.

O FMI recomendou um ajuste fiscal significativo, eliminar o financiamento monetário e a reconstrução das reservas internacionais para restaurar a sustentabilidade da dívida, reduzir os subsídios, flexibilizar a taxa de câmbio em relação ao dólar, cuidar das reservas internacionais líquidas, modificar as leis para aumentar os investimentos e melhorar a rentabilidade das contribuições aos Administradores de Fundos de Pensões.

O presidente da Comissão de Planejamento da Câmara dos Deputados, Omar Yujra, disse que alterar a política econômica na Bolívia significaria abrir as portas para crises sociais e políticas. O deputado do Movimento para o Socialismo no poder disse à Xinhua que o atual modelo boliviano faz o país liderar com o melhor crescimento econômico da região há vários anos.

De acordo com o Ministério da Economia, a Bolívia experimentou números recordes de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, quando atingiu 6,8%, em 2014 5,5%, em 2015 4,9%, em 2016 4,3%, em 2017 4,2% e em 2018 repetiu com 4,2 por cento. [em 2021 6,1%, 2022 3,5% e 2023 2,7% segundo o Banco Mundial] Além disso, disse que permite uma desdolarização bem sucedida com resultados que evitam a fixação do dólar e a desvalorização da moeda nacional, tradicionais nos governos neoliberais. "Reafirmamos a soberania da Bolívia para ter o controle das rédeas do país sob nossas decisões e não, assim como na era do neoliberalismo, em que as receitas econômicas vinham do exterior e em inglês", acrescentou.

O ministro boliviano do Planejamento do Desenvolvimento, Sergio Cusicanqui, assegurou que os países que seguiram as recomendações do organismo internacional não tiveram os melhores resultados em sua economia e geraram problemas políticos devido à crise social. "As sugestões do FMI são semelhantes a todos os países e estão longe das características particulares de cada governo e país", afirmou.

Ele lembrou que depois do desastroso modelo neoliberal seguido pelos governos de direita na Bolívia, desde 2006 (com o governo de Evo Morales) a Bolívia deixou a submissão aos Estados Unidos e aos organismos internacionais que impõem políticas.

OCDE vê queda no crescimento global

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sediada em Paris, prevê que o crescimento econômico global deverá permanecer moderado no segundo semestre de 2022, antes de desacelerar ainda mais em 2023 para um crescimento anual de apenas 2,2%. "Um fator-chave para desacelerar o crescimento global é o aperto generalizado da política monetária, impulsionado pela superação das metas de inflação acima do esperado", explicou a OCDE em seu último Panorama Econômico.

O crescimento anual do produto interno bruto (PIB) deverá desacelerar acentuadamente para 0,5 por cento nos Estados Unidos em 2023 e para 0,25 por cento na zona do euro, com riscos de queda da produção em várias economias europeias durante os meses de inverno.

Inflação

Segundo a Agência Xinhua, a organização observou que a inflação se tornou ampla em muitas economias. "Uma escassez maior de combustível, especialmente de gás, pode reduzir o crescimento na Europa em mais 1,25 ponto percentual em 2023 e aumentar a inflação europeia em mais de 1,5 ponto percentual", observou.

Enquanto isso, "a China continua tendo uma inflação relativamente baixa e estável", acrescentou.

A OCDE reconheceu que, com a virada do ciclo econômico global, a desaceleração da inflação dos preços da energia e o aperto monetário pela maioria dos principais bancos centrais cada vez mais em vigor, espera-se que a inflação dos preços ao consumidor fique moderada gradualmente.

No entanto, ainda previu que "a inflação anual em 2023 permanecerá bem acima da meta em quase todos os lugares".

Governo afirma recuo da dívida pública federal

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) atingiu R$ 5,781 trilhões em agosto, registrando uma queda, em termos nominais, de 0,40% (R$ 23 bilhões) em relação a julho, quando totalizou R$ 5,804 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve seu estoque reduzido em 0,42%, passando de R$ 5,558 trilhões, em julho, para R$ 5,535 trilhões, em agosto.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) registrou alta de 0,02% sobre o estoque apurado em julho e encerrou agosto em R$ 245,85 bilhões (US$ 47,47 bilhões).

As informações constam do Relatório Mensal da Dívida referente ao mês de agosto, material produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e divulgado nesta quarta-feira (28), em transmissão on-line.

Em agosto, as emissões da DPF somaram R$ 143,93 bilhões e os resgates totalizaram R$ 200,55 bilhões.

A variação do estoque da DPF no mês é explicada, principalmente, pelo resgate líquido de R$ 56,6 bilhões, neutralizado, em parte, pela apropriação positiva de juros de R$ 33,6 bilhões.

CARTÓRIO DA 41ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE CITAÇÃO - Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Camilla Prado - Juiz Titular do Cartório da 41ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Eramos Braga, 155 Salas 307B, 309B e 311B CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2655 e-mail: cap41vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais/Condomínio em Edifício, de nº 0397075-36.2015.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SANTAYANA em face de ESPÓLIO DE THEREZA LEONE, objetivando Citação. Assim, pelo presente edital CITA o réu ESPÓLIO DE THEREZA LEONE, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois e vinte e dois. Eu, Sergio Jose da Costa Jannuzzi - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/33348, digitei. E eu, Laurindo Francisco da Costa Neto - Responsável pelo Expediente - Matr.

SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS DO ESTADO RIO DE JANEIRO - SINDSERJ -

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDSERJ - SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o número 10.869.290/0001-68, com sede à Rua Miguel Couto, 134, sala 705, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, RJ, em virtude da vacância do presidente eleito, convoca todos os associados desta entidade sindical, de acordo com os artigos 14º do estatuto, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada virtualmente pelo aplicativo Zoom, no **dia 5 de outubro de 2022, quarta, às 19 horas** (horário de Brasília), em primeira convocação, com a presença absoluta dos associados em condições de voto, e às 19:30 horas (horário de Brasília), em segunda e última convocação, com qualquer número de associados presentes, sendo que as inscrições para a assembleia podem ser feitas pelo e-mail sindserj@gmail.com até às 24 horas do dia anterior, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - abertura do processo eleitoral para as eleições da diretoria e conselho fiscal, de acordo com o novo estatuto; 2 - data das eleições; 3 - eleição da Comissão Eleitoral. Rio de Janeiro-RJ, 29 de setembro de 2022.

Alexandre Fernandes Correa
Presidente interino do Sindicato

LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Pietrobelli
antoniopietrobelli2@gmail.com

Christie's para jovens colecionadores

A Christie's está lançando leiloes para jovens que colecionam tênis e skates icônicos, objetos históricos de música pop e acessórios de streetwear. A tradicional casa de leilões está abrindo o Department X, uma área de negócios para saciar jovens colecionadores muito mais interessados em comprar uma camisa de um ídolo do basquete do que um Warhol ou Basquiat.

Um dos itens que irá a leilão em breve é o Nike Air Yeezy 1 Prototype, o primeiro modelo de tênis concebido pelo rapper Kanye West em parceria com o diretor criativo Mark Smith e a estilista Tiffany Beers. Outro item superexclusivo: o Nike Donda West Air Jordan VI, criado em memória à mãe de Kanye West, Donda. O tênis nunca havia chegado ao mercado. Foram produzidos apenas seis pares, para o artista e seus familiares.

Apartamento com vista para o mar

Jonas Rymer (rymerleiloes.com.br) está promovendo leilão de apartamento de altíssimo padrão situado no Condomínio Chácara Fróes, com frente total para a enseada de São Francisco, localizado na Estrada Leopoldo Fróes, nº 47, bloco X, apartamento 202, Icaraí, Niterói

Composto por 2 varandas, salão, hall de entrada, toilete, circulação, sala íntima, hall dos quartos, local para roupa, vestíbulo, local para louça, 4 quartos, 3 banheiros sociais, toucador, cozinha, despensa, sala de almoço, área de serviço, WC, 2 quartos de empregada e 3 vagas de garagem.

Avaliação: R$ 3.500.000,00. Leilão aberto.

Oferta de apartamento em São Cristóvão

Valeria Khan (mvleiloes.com.br) comunica a realização de leilão do apartamento 205 São Cristóvão, 804, Rio de Janeiro. Unidade utilizada para fins residenciais, com 60 m² de área edificada, posição fundos, dividida em cômodos para moradia.

Avaliação: RS 289,000,00. Leilão em andamento.

Destaque de apartamento na Pechincha

Sergio Represas (sergiorepresasleiloes.com.br) destaca leilão do apartamento 104 na Rua Prof. Henrique Costa, 730, na Pechincha. Tem 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, o condomínio oferece quadra poliesportiva, piscina, churrasqueira e vaga de garagem descoberta.

Avaliação: R$ 170.000,0 Leilão em andamento

Anúncio de casa em Rio das Ostras

Alexandre Lacerda (alexandroleiloeiro.com.br) anuncia leilão de casa 38 na Rua Leblon, 96 no Condomínio Lagunas Villa Club, Rio das Ostras. O imóvel tem 70m², com sala pequena, dois quartos, dois banheiros, cozinha e varanda. Área de serviço coberta com varanda de frente. O condomínio está localizado no bairro Novo Rio das Ostras.

Avaliação: RS 200.000,00. Leilão em andamento.

Apartamento em Campos dos Goytacazes

Luiz Tenório de Paula (depaulaonline.com.br) está organizando leilão do apartamento 502 na Rua Edmundo Chagas, 74/84, Centro, Campos dos Goytacazes. Área construída: 191m². Tem sala bem ampla, com tábua corrida estreita; sacada, banheiro social, três quartos (1 suíte), lavabo, cozinha ampla, lavanderia, um cômodo acoplado a um banheiro. Garagem com duas vagas.

Avaliação: R$ 350.000,00. Leilão aberto.

Voos cancelados disparam em agosto e superam níveis pré-pandemia

O volume de cancelamentos registrado em agosto já supera os níveis pré-pandemia. É o que revela um levantamento da AirHelp, empresa especializada em direitos de passageiros aéreos. No oitavo mês deste ano, 76,2 mil de passageiros foram afetados por cancelamentos nos aeroportos do país, representando um em cada 88 passageiros. O índice é superior ao verificado no mesmo período de 2019, quando 59,2 mil foram atingidos por esse mesmo tipo de evento (um em cada 142 passageiros). Este tipo de ocorrência, quando não provocado por questões meteorológicas ou de força maior, pode originar pedidos de indenização às companhias aéreas.

Em agosto as companhias aéreas brasileiras transportaram 6,7 milhões de passageiros. O volume ainda é inferior ao verificado ao mesmo mês de 2019, quando 8,4 milhões de passageiros foram transportados nos aeroportos brasileiros.

Os atrasos e cancelamentos registrados em agosto também aumentaram. No oitavo mês deste ano, 1,044 milhão de passageiros foram afetados por atrasos e cancelamentos nos aeroportos do país, somando 15,4% dos transportados no período, ou um em cada seis passageiros. O índice é superior ao verificado no mesmo período de 2019, quando 1,15 milhão foram atingidos por esse mesmo tipo de ocorrência, totalizando 13,7% do total de passageiros transportados, ou um em cada sete passageiros.

Em razão do aumento das ocorrências, os passageiros elegíveis para pedir indenização às companhias áreas experimentou forte crescimento. Segundo levantamento da AirHelp, do total de passageiros afetados, 87,2 mil teriam direito à indenização pelos transtornos com atrasos e cancelamentos, ou seja, um em cada 77 passageiros é elegível a pleitear compensação financeira às companhias aéreas no período analisado. Em agosto de 2019 foram 71,4 mil (um em cada 118).

Comércio do Rio pode abrir nos domingos das eleições

O comércio do Rio de Janeiro poderá abrir no próximo domingo, 2 de outubro, primeiro turno das eleições de 2022. O mesmo vale para o domingo, 30 de outubro, caso haja segundo turno. Lembrando que esses dias não são considerados como feriados, o SindilojasRio ressalta que os estabelecimentos comerciais que funcionarem nestes domingos de eleição deverão propiciar condições para que seus funcionários possam ir votar.

É importante destacar que a abertura das lojas, tanto de rua como de shoppings, é permitida para todas que firmaram o Termo de Adesão à Convenção Coletiva que permite o trabalho aos domingos, junto ao SindilojasRio e ao Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (SEC RJ).

Outra dúvida recorrente sobre o funcionamento do comércio se refere ao Dia do Comerciário, que é comemorado na terceira segunda-feira de outubro. Nesta data – que este ano será no dia 17 – o comércio não pode abrir, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o SindilojasRio e o SEC RJ. Apenas as lojas localizadas em aeroportos, portos e estações ferroviárias, metroviárias e rodoviárias, abrangidas pelo Decreto Federal 27.048/49, poderão abrir no Dia do Comerciário, observando as normas da Convenção Coletiva para o trabalho em feriados e com o devido Termo de Adesão especial para funcionar nesta data.

Feira do Empreendedor abre espaço para mais de 400 MEIs

Maior evento de empreendedorismo do mundo, a Feira do Empreendedor 2022, realizada pelo Sebrae-SP, vai receber mais de 400 empreendedores no espaço Lojas Colaborativas para exporem suas marcas e produtos, além de contar com a presença de 10,6 mil pessoas que virão a São Paulo em missões organizadas pelos escritórios regionais do Sebrae em todo o Estado, durante os cinco dias de programação. O evento acontece entre os dias 7 e 11 de outubro, das 10 horas às 20 horas, no SP Expo. Quem preferir poderá participar também de forma online, pela plataforma digital Sebrae Experience. As inscrições são gratuitas e estão abertas.

No espaço Lojas Colaborativas, serão 408 empreendedores de todo o Estado de São Paulo e convidados do Rio de Janeiro e Bahia concluintes do programa de capacitação Sebrae na Comunidade – Empreenda Rápido e Inclusão Produtiva. Ao todo serão 34 estandes temáticos para venda de produtos que vão apresentar vocações regionais. As empresas vão expor em forma de rodízio durante os cinco dias de evento no ambiente físico, enquanto que, no virtual, terão suas páginas nas redes sociais compartilhadas até dezembro.

Na última feira, em 2021, cerca de 115,3 mil pessoas se inscreveram. Foram 190 mil atendimentos e uma estimativa média de negócios em torno de R$ 9,5 milhões, originários das 296 reuniões de rodadas de negócios realizadas.

A analista do Sebrae-SP, Joyce Santos, explica que a maior parte dos produtos que serão comercializados são artesanais, com produção regional, destacando um pouco da cultura e costumes locais. Haverá, ainda, produtos de empreendedores e empreendedoras participantes de convênios estaduais com a Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), com produtos produzidos nas unidades prisionais e vendidos pelos familiares, e com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), com produtos dos quilombos e assentamentos rurais, entre outras instituições parceiras.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.
CNPJ/ME nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 333.00165.64-9
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de Setembro de 2022 para Rerratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de Setembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 22/09/2022, às 10 h, na sede social da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Cia." ou "Emissora"), localizada na Rod. Amaral Peixoto, s/n, KM 91, Bananeiras, CEP 28970-000, Cidade de Araruama, Estado do RJ. **2. Convocação**: Foram convocados os acionistas presentes na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/09/2022, às 10 h ("AGE 09/09"), conforme os editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 30/08/2022, na p. 6, ***(ii)*** no dia 31/08/2022, na p. 6 e ***(iii)*** no dia 01/09/2022, na p. 5, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Presenças**: Os mesmos acionistas presentes na AGE 09/09 representando 93,46% do capital social da Cia., conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Carlos Alberto Vieira Gontijo, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o erro de transcrição imaterial na via junta da AGE 09/09 onde constou no subitem (s), do item 6 (i) das Deliberações da AGE 09/09, de forma errônea a data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures no dia 15/03/2024, quando deveria ter constada a data de 15/03/2023, conforme a ata da AGE 09/09 registrada nos livros da Companhia (em todos os casos, conforme definido na AGE 09/09). **6. Deliberações:** Após exame das matérias acima descritas, os acionistas representando 93,46% do capital social da Cia. aprovaram, sem ressalvas, a rerratificação do erro de transcrição imaterial na via junta da AGE 09/09 para fazer constar a data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures no dia 15/03/2023 no subitem(s), do item 6 (i) das Deliberações da AGE 09/09, conforme via livro da ata da AGE 09/09. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do §1° do art. 130 da Lei das S.A., que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Carlos Alberto Vieira Gontijo, Presidente. Thiago Contage Damaceno, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com o original lavrado em livro próprio. Araruama, 22/09/2022. **Carlos Alberto Vieira Gontijo -** Presidente; **Thiago Contage Damaceno -** Secretário.

abrasca companhia associada

MONTEIRO ARANHA S.A.

UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO AÇÃO

Companhia Aberta
CNPJ n.º 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2022. 1. Local Hora e Data: Realizada na sala de reuniões da sede da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101-A, parte, Rio de Janeiro - RJ, às 15 horas do dia 16 de setembro de 2022. **2. Convocação e Presença:** Presentes as diretoras, Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho, Flavia Coutinho Martins e Tania Maria Camilo, representando a totalidade dos membros em exercício. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho e secretariados pela Sra. Isabela Moreira Derzi Carlos. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, na forma do Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria, os membros presentes da Diretoria, conforme previsto no Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, "*ad referendum*" da Assembleia Geral, aprovaram o pagamento de dividendos no valor total de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), à razão de R$ 0,408122586 por ação, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 21 de setembro de 2022, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, e o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor total bruto de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), à razão de R$ 0,816245172 por ação, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 21 de setembro de 2022, com retenção do imposto de renda na fonte, na forma da legislação vigente, exceto para acionistas que já sejam comprovadamente isentos ou imunes. As ações negociadas a partir de 22 de setembro de 2022 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão serão consideradas "*ex-direito*" aos dividendos e aos juros sobre capital próprio. O pagamento será realizado a partir de 3 de outubro de 2022, observados os procedimentos do Aviso de Acionistas a ser oportunamente divulgado na imprensa. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todas as diretoras presentes. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2022. Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Presidente. Isabela Moreira Derzi Carlos - Secretária. Arquivada na JUCERJA em 27/09/2022 sob o nº 00005109422.

Por cinco décadas Delphos amplia a expertise no atendimento

Durante a pandemia, a aproximação da Delphos para dar apoio às seguradoras do segmento Vida foi fundamental para que algumas empresas dessem conta do volume gigantesco das regulações de sinistros, que se multiplicaram no período

Hoje, o potencial da Delphos contabilizado em números pode ser destacado pelo fato de processar quase R$ 1 bilhão em prêmios de seguros em nome das seguradoras, ter regulado quase sete mil processos de sinistros em 2021, e que nesses 8 meses de 2022 já bateu a marca de 5.500 processos regulados, "com capacidade funcional e tecnológica para absorver, de forma imediata, novos volumes e ampliar o rol de clientes contratantes", comemora a presidente da empresa, Elisabete Prado.

"Felizmente a Delphos não foi economicamente atingida pelos efeitos da pandemia. Do ponto de vista de negócios, foi ao contrário: tivemos alguns projetos que foram desenvolvidos justamente nos anos de 2020 e 2021, uma vez que a demasiada elevação no índice de sinistralidade fez com que algumas seguradoras avaliassem a terceirização do transbordo dos processos de sinistros até que a situação voltasse à normalidade, sem que precisassem ampliar o seu headcount", destaca.

Para o quarto trimestre de 2022, o clima na empresa é de otimismo. A expectativa da líder da Delphos é que "o time irá conseguir cumprir as metas estabelecidas pelos acionistas e gerar um Ebitda superior aos dois anos anteriores".

Histórico

A Delphos foi fundada em 1967, época em que as seguradoras praticamente não se utilizavam dos serviços de terceiros. Nesse sentido a empresa foi desbravadora, e abriu o mercado para inúmeras companhias que foram se beneficiando com a abertura desse nicho. "Temos hoje mais de 70 funcionários, sem contar as pessoas ligadas às empresas que fazem parte de nossa rede, como por exemplo médicos e engenheiros, fundamentais para os nossos trabalhos de regulação de sinistros de morte/invalidez e danos físicos aos imóveis", explica Elisabete Prado.

A empresa nasceu para prestar serviço de administração e gestão de carteiras dos ramos agrícola e habitacional. Ao longo dos seus mais de 55 anos de vida, muitas frentes foram abertas e inúmeros outros serviços foram sendo criados. Mas, o principal foco continua sendo o BPO voltado ao habitacional e seus derivados, que sempre acompanharam as mudanças e tendências de mercado, para não enfrentar o risco da obsolescência. Em segundo lugar estão os serviços de tecnologia, seja com a oferta de sistemas desenvolvidos para consumo interno, mas que podem ser comercializados para uso independente, seja com software, como serviço (Saas), ou projetos sob medida.

Segundo Elisabete Prado, a Delphos já teve mais de 30 sucursais atuando no país, com presença física em todas as capitais e em várias localidades economicamente fortes. "No entanto, com o avanço da tecnologia no mundo, essa infraestrutura se tornou desnecessária e onerosa. Hoje possui uma grande estrutura no Rio de Janeiro, onde funciona a sede da empresa, e outra instalação em São Paulo, onde está a área de negócios", finaliza.

Clientes

Atualmente, a Delphos presta serviços em diferentes áreas para muitas seguradoras, sendo as principais: Aliança da Bahia, Allianz, Assurant, Brasilseg, Caixa Residencial, CNP, CNP Consórcio, HDI, Icatu, Itau, Mapfre, Sompo, Tokio Marine, TOO, Rio Grande e Zurich Santander.

ITC nomeia chairman brasileiro para compor o Insuretech Connect Latam

O Insuretech Connect aconteceu neste mês no Mandala Bay, em Las Vegas. O maior evento de tecnologia e inovação para o mercado global de seguros, anunciou o ITC Latam, que acontece em Miami, de 24 a 26 de abril de 2023. O corretor de seguros e fundador do CQCS, Gustavo Doria Filho, foi nomeado como chairman da edição Latam.

A organizadora do ITC, Megan Kuczynski, anunciou o brasileiro durante o ITC Las Vegas como chairman do ITC Latam. "Vamos servir o mercado da América Latina em Miami. Eu gostaria de chamar um excelente e muito importante parceiro, Gustavo Doria Filho. Ele aceitou o meu convite para ser o Chairman do ITC".

Gustavo Doria Filho agradeceu o convite e afirmou que a América Latina precisa estar unida, para mostrar cada vez mais a força do setor segurador da região ao mundo. "O ITC me mostrou que eu não sou só brasileiro, sou latino-americano. Eu garanto a vocês do ITC que nós, latino americanos, vamos surpreender!".

É a primeira vez que um brasileiro se torna chairman do ITC Global. Doria é o responsável pela curadoria da delegação brasileira do evento e conta com uma equipe composta por Heitor Ohara, Samy Hazan e Pedro London.

Clube dos Seguradores da Bahia recebe executivo da Junto Seguros

Com objetivo de dar continuidade à interação dos associados com os executivos das seguradoras, a Confraria do Clube dos Seguradores da Bahia agendou um novo encontro de negócios, que acontece no dia 20 de outubro, às 19 horas e terá como convidado, o vice-presidente Comercial da Junto Seguros, Guilherme Malucelli, que vai falar sobre os detalhes do seguro garantia, como as oportunidades, o futuro do produto, a legislação e como aumentar sua rentabilidade financeira com a modalidade de seguro que mais cresce no Brasil.

O presidente do Clube, Fausto Dorea, acrescenta que o seguro garantia é um produto no qual é possível aumentar a rentabilidade. "O seguro garantia funciona como uma segurança na gestão contratual e até mesmo na condução de processos judiciais trabalhistas. Muitas empresas necessitam dessa proteção nos seus negócios e é possível obter êxitos na comercialização deste produto. Convidamos os nossos associados e parceiros de negócios para mais uma noite de networking e aprendizado".

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Positivo e com MBA em Gestão de Finanças pela Insper, o executivo é vice-presidente da Junto Seguros e fundador da Avec, uma startup voltada para o agendamento de salões de beleza e clínicas de estética. É membro do conselho do Paraná Banco e da Junto Seguros.

Mercado pet atrai cada vez mais seguradoras

As vendas mundiais de seguros para animais de estimação, projetadas em US$ 7,8 bilhões neste ano, deverão chegar a US$ 38,8 bilhões até 2030, um crescimento de 11% por ano. As estimativas estão na nova edição da Revista de seguros, que também identifica os riscos e oportunidades no promissor mercado pet.

No Brasil, o insurance pet ainda não tem status de seguros (ou seja, não é regulamentado), mas constata-se o aumento na oferta de assistências. A mais recente engloba indenizações por danos materiais ou pessoais causados por pets, ampliando o escopo de garantias, antes restrito à saúde veterinária. Segundo a Susep, o mercado pode, inclusive, criar proteção equivalente de danos aos plantéis dos criadores rurais, onde é comum touro "pular" a cerca e engravidar vacas leiteiras, com prejuízos enormes à produção quando os animais são de raças distintas.

Outro tema impactante trata do avanço dos ataques cibernéticos no sistema portuário, devastadores em todos os sentidos. Esse crime digital pode ter gerado uma movimentação global de US$ 6 trilhões no ano passado, entre resgates exigidos e prejuízos gerados às atividades. O "PIB" do empreendedorismo criminal dos hackers, se fosse um país, seria o terceiro maior do mundo.

A edição traz ainda matéria sobre recuperação de segmentos duramente afetados na pandemia, como o de Audiovisual e o de Turismo, faz alertas sobre os problemas que poderão surgir com o fim do rol taxativo de Saúde Suplementar, como avanços dos custos operacionais e dos valores dos planos. E, por fim, examina os fatores que poderão encarecer os planos de resseguros no País, seguindo a guinada do mercado mundial, e afetar aquelas modalidades mais dependentes de cessão de riscos, como Rural e Grandes Riscos industriais e comerciais.

Monteiro Aranha Participações S.A.

CNPJ 28.021.590/0001-58

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Monteiro Aranha Participações S.A., referentes ao exercício social findo em 31/12/2021. A Diretoria permanece à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que desejarem ou se tornarem necessários. **A Diretoria**.

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 (Em MR$)

ATIVO	2021	2020
Circulante	**7.331**	**1.162**
Disponibilidades	6.903	275
Aluguéis a receber	1	32
Dividendos e JCP a receber	–	180
Tributos a Recuperar	331	652
Outras contas a receber	96	23
Não Circulante	**28.585**	**31.320**
Ativo Realizável a Longo Prazo:		
Créditos com Partes Relacionadas	1.829	1.781
Créditos por Venda de Imóveis	115	3.945
Outras contas a receber	455	455
Investimentos:		
Participações em controladas	1.940	1.984
Participações em coligadas	18.291	17.195
Outros investimentos	256	256
Imobilizado	5.699	5.704
Total do Ativo	**35.916**	**32.482**
PASSIVO	**2021**	**2020**
Circulante	**212**	**371**
Contas a pagar	120	67
Obrigações sociais e trabalhistas	60	221
Tributos a recolher	32	83
Não Circulante	**17.851**	**19.340**
Empréstimos em moeda estrangeira	17.470	16.268
Partes relacionadas	94	2.785
Outras obrigações com terceiros	58	58
Participações a Pagar	229	229
Patrimônio Líquido	**17.853**	**12.771**
Capital Social Realizado	112.753	112.753
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(487)	(548)
Prejuízos acumulados	(94.413)	(99.434)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**35.916**	**32.482**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras: 1) Contexto operacional: A empresa tem como objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou sócia, mesmo quando não for meio de realizar o objeto social. **2) Principais políticas contábeis:** O resultado é apurado pelo regime de competência. Os ativos circulante e não circulante são apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos computados até a data do balanço. O imobilizado é mensurado pelo valor de custo histórico menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia mantém aplicações financeiras em investimentos que, devido ao baixo risco e liquidez imediata, são considerados como equivalentes de caixa. **4) Tributos a recuperar:** Conta principalmente representada por imposto de renda retido na fonte, sobre rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos de Juros sobre Capital Próprio (JCP). **5) Investimentos:** Representados principalmente pela participação no capital social da Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital aberto, reconhecida inicialmente pelo seu valor de custo e avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Em 31/12/2021 a empresa possuía 216.524 ações da Monteiro Aranha S.A., equivalente a 1,77% do capital social da companhia. **6) Empréstimos estrangeiros:** Conta representada por empréstimos com Monteiro Aranha International Limited (MAIL). **7) Capital Social:** O capital subscrito e integralizado em 31/12/2021 está representado por 2.056.938 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **8) Resultado do exercício:** A empresa apresentou lucro de R$ 5.024 mil (Cinco milhões e vinte e quatro mil reais) no exercício de 2021.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2021 (Em MR$)

Receitas (Despesas) Operacionais	2021	2020
De participações societárias: Equivalência patrimonial	10.535	(209)
Receitas de imóveis alugados	178	402
Administrativas e gerais	(4.952)	(4.349)
Outras receitas (despesas) operacionais:		
Alienação de bens não circulantes	–	5.819
Outras, líquidas	44	–
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**5.805**	**1.663**
Resultado Financeiro: Receitas financeiras	2.797	2.835
Despesas financeiras	(3.578)	(6.341)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**5.024**	**(1.843)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**5.024**	**(1.843)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 (Em MR$)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**112.753**	**(324)**	**(97.635)**	**14.794**
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa Invest Masa	–	(224)	–	(224)
Ajuste de exercícios anteriores reflexa MASA	–	–	44	44
Prejuízo do Exercício	–	–	(1.843)	(1.843)
Saldo em 31/12/2020	**112.753**	**(548)**	**(99.434)**	**12.771**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	(3)	(3)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa investidas	–	61	–	61
Lucro do Exercício	–	–	5.024	5.024
Saldo em 31/12/2021	**112.753**	**(487)**	**(94.413)**	**17.853**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 (Em MR$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**5.024**	**(1.843)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(10.535)	209
Depreciação e Amortização	5	8
Venda de imobilizado	–	(5.819)
Variação cambial s/empréstimos estrangeiros	1.202	3.650
Atualização Monetária contas a receber	–	(20)
	(4.304)	**(3.815)**
Redução (Aumento) nos Ativos	**10.003**	**1.114**
Contas a receber	(42)	(13)
Dividendos recebidos	8.819	388
JCP recebidos	796	721
Impostos a recuperar	430	104
Outros créditos	–	(86)
Aumento (Redução) nos Passivos	**(162)**	**(252)**
Obrigações trabalhistas e tributárias	(215)	(48)
Outras obrigações	53	(204)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**5.537**	**(2.953)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Partes relacionadas	(48)	(35)
Venda de imobilizado	3.830	2.907
Adições em investimentos	–	(5)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	**3.782**	**2.867**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Partes relacionadas	(2.691)	(222)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**(2.691)**	**(222)**
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	**6.628**	**(308)**
Disponibilidades no início do exercício	275	583
Disponibilidades no fim do exercício	6.903	275
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	**6.628**	**(308)**

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Diretor Presidente
Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho - Diretora Vice-Presidente
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - Diretor
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - Diretor
Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho - Diretor
Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães - Diretor
Joyce Pereira da Silva - CRC: RJ-129581/O-9 - CPF: 165.551.977-81

Marcos Cintra: o Imposto Único Federal (IUF) e a reforma tributária

Por Jorge Priori

Conversamos com o economista Marcos Cintra, candidato a vice-presidente na chapa da senadora Soraya Thronicke, ambos do União Brasil, sobre a proposta do Imposto Único Federal (IUF) e sua visão sobre a reforma tributária.

O IUF substituiria 11 tributos de competência federal (IRPF e IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, INSS, Patronal, IOF, ITR, PIS, Salário Educação e Contribuições do Sistema), sendo que os impostos sobre importação e exportação ficarão de fora. A alíquota seria de 1,26%, o que, pelos cálculos feitos, geraria uma arrecadação equivalente à dos tributos que serão extintos. A cobrança seria feita com a mesma metodologia da extremamente criticada CPMF: toda vez que houver um débito em conta-corrente. A principal crítica ao IUF é a sua cumulatividade, a mesma que acompanhou toda a existência da CPMF.

Quais seriam as vantagens do IUF e como o senhor avalia a questão da cumulatividade do imposto?

Com o IUF, o Imposto de Renda vai ter duas grandes alterações. Com relação ao IR Pessoa Física, ele vai ter o limite de isenção estendido até cinco salários mínimos. Essa é uma medida necessária, pois é uma crueldade tributar com o IR pessoas que ganham, por exemplo, R$ 1,5 mil como acontece hoje. Com isso, nós estaríamos garantindo uma isenção de IR para 85% da população brasileira. Os outros 15% da população, evidentemente, vão pagar o IR com ajustes nas alíquotas mais elevadas de forma a garantir a mesma arrecadação.

A segunda grande modificação é relativa ao IR Pessoa Jurídica (IRPJ). Hoje, sua alíquota é de 34% (15% de alíquota regular + 10% de alíquota adicional para lucros acima de um determinado limite, que por ser baixo, acaba sendo pago por todas as empresas, + 9% de CSLL = 34%). No modelo que estamos propondo, esses 9% deixam de existir, já que a CSLL será substituída pelo IUF com alíquota de 1,26%. Consequentemente, a alíquota do IRPJ passará de 34% para 25%.

O IR continuará com um aumento significativo de isenção para pessoa física e uma redução significativa da alíquota incidente sobre o lucro das empresas.

A característica fundamental do IUF é que ele elimina uma série de incidências, sendo que o mais significativo é que a contribuição para o INSS deixa de ser cobrada, tanto a patronal de 20% sobre a folha, quanto a dos empregados, que vai de 7,5% até 14%. Ao eliminar essas contribuições, o IUF corrige um dos maiores defeitos, do meu ponto de vista, do nosso sistema tributário que é uma pesadíssima tributação do nosso fator trabalho. Isso num país onde se diz que 30 milhões de pessoas estão passando fome e que tem 50 milhões de pessoas desempregadas, subempregadas e na economia informal ou subterrânea.

Qual é o grande problema alegado desse tributo? A história da CPMF começou em 1991, quando eu escrevi o artigo "Por uma Revolução Tributária", onde eu propunha a criação de um tributo único sobre movimentação financeira que seria um imposto único nacional. Logicamente, nesses últimos 30 anos, o debate me levou a fazer muitas críticas à proposta e avaliar as críticas feitas por outros, sendo algumas delas cabíveis. Uma delas é que uma tributação única nacional agride o pacto federativo brasileiro.

Nós temos uma federação de três andares (União, estados e municípios), que por si só já é muito complexa, sendo que os três níveis possuem competências tributárias. Reduzir a competência tributária desses níveis, e congregá-las num só, é um debate complicado, razão pela qual ao longo desses 30 anos, hora os governadores foram contra a unificação de tributos, hora a favor. Agora, com a PEC 110, parecem ter concordado com ela, desde que o governo federal financie a transição com um fundo de apoio aos estados que vão perder arrecadação.

O problema é que agora são os municípios que são contra a unificação, já que não querem perder o ISS. Esse tem sido um dos fatores que têm impedido o avanço da reforma tributária com propostas que tentam aglutinar impostos de camadas diferentes do pacto federativo. Assim, nós estamos propondo um tributo federal que apenas mexa nos tributos da União, sem que se mexa nos tributos de estados e municípios, que poderão fazer a reforma dos seus próprios impostos, como aliás já deveriam ter feito.

Todas as críticas que foram feitas, seja a CPMF ou a IPMF, eram até assustadoras. Diziam que haveria fuga do sistema bancário, que haveria um processo intenso de verticalização na economia brasileira, já que as empresas iriam comprar seus fornecedores para não pagarem o imposto na compra de insumos, e que eram tributos altamente regressivos, quando na verdade eram proporcionais.

Divulgação

Marcos Cintra

Enfim, todas essas críticas acabaram não ocorrendo nos 12 anos de existência da CPMF.

Contudo, apesar de ser tido como pai dessa forma de tributação, quando eu fui deputado federal, nas três vezes em que eu pude votar a prorrogação da CPMF, eu votei contra, já que o espírito da CPMF havia sido violentado, como me havia alertado o Roberto Campos, quando em vez de virar um imposto único, virou um imposto a mais. Assim, a primeira grande diferença relativa à CPMF é que nós estamos resgatando o espírito original da proposta. O IUF substituirá impostos, e não será um acréscimo de carga tributária como foi no caso da CPMF.

A única crítica que perdura, e é verdadeira, tenho que reconhecer, é que esse imposto é cumulativo. Acontece que o impacto da cumulatividade não é uma verdade imperativa. Não é todo imposto cumulativo que introduz mais distorções ao sistema econômico do que qualquer imposto sobre valor agregado. Também não é verdade que todo IVA é melhor do que todo imposto cumulativo.

Eu fiz trabalhos mostrando que o impacto da cumulatividade nos preços dos produtos depende de duas coisas. Primeiro, da alíquota. Um IVA com uma alíquota cavalar de 30% pode ser pior que o imposto cumulativo com uma alíquota de 0,5%. Segundo, a cumulatividade vai depender da relação entre o preço da mercadoria e o conteúdo de insumos agregados a essa mercadoria.

Veja, a cumulatividade é muito maior quando eu compro muito insumo, agrego pouco valor e passo para frente. Agora, se o valor agregado é muito alto tende a diminuir o seu impacto. Vamos pegar o exemplo de um celular. Esse tipo de aparelho quase não tem cumulatividade, que vem do vidro, do silício e do plástico utilizado na fabricação dos chips, sendo que 99% do valor será agregado na última etapa de produção, onde nós temos a tecnologia, a marca e o marketing. Nesse caso, a cumulatividade é mínima, portanto, o impacto será pequeno.

Para avaliar isso na prática, eu comparei o impacto da cumulatividade de um imposto com uma alíquota de 1,26%, e com uma taxa de agregação de valor de 100% em cada etapa de produção, com um IVA, que para gerar a mesma arrecadação, precisaria de uma alíquota de 25%. Eu fiz isso para 163 setores da economia brasileira, utilizando os dados da Tabela de Recursos e Usos do IBGE e a matriz de Leontief. Assim, pude constatar que as distorções geradas por um IVA com uma alíquota grande são muito maiores que as distorções geradas por um imposto cumulativo com uma alíquota pequena.

Agora, eu quero te dar uma confirmação anedótica, mas não menos verdadeira. O PIS e Cofins têm os regimes cumulativo (alíquota de 3,65%) e não cumulativo (alíquota de 9,25%). Pergunta: qual é o regime preferido das empresas? Majoritariamente, elas preferem ser tributadas no cumulativo. Isso levou o Roberto Campos, que era muito espirituoso, a dizer que existiam duas cumulatividades: a ruim, quando queriam falar mal da CPMF, e a boa, quando todos queriam ficar no regime cumulativo do PIS e Cofins.

Dessa forma, numa economia digital do século 21, onde o processo de produção passa a ser muito mais de serviços e os intangíveis passam a ser muito mais importantes no valor de produção, a cumulatividade está deixando de ser um problema, ainda que exista. Por mais que a crítica seja verdadeira, a mensuração da gravidade desse fenômeno não é feita nesse debate, que é muito raso e desinformado. Todo mundo dá opinião, mas ninguém se deu ao trabalho de medir a validade da crítica que está sendo feita.

A íntegra da entrevista está em monitormercantil.com.br/marcos-cintra-o-imposto-unico-federal-iuf-e-a-reforma-tributaria

ENEVA S.A.
CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENEVA S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da Segunda Série da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Eneva S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.*", celebrada em 14 de maio de 2019, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditada em 27 de maio de 2019 e 29 de maio de 2019 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem no dia 20 de outubro de 2022, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: **(1)** Nos termos das Cláusulas 10.4.1 e 10.4.5. da Escritura de Emissão, pedido da Companhia, aos Debenturistas, para: (a) consentimento prévio para ajuste na definição de EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão) para fins de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão), nos termos descritos na proposta da Administração, disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br) ("Proposta da Administração"); (b) consentimento prévio para perdão temporário (*waiver*) para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão) em caso de descumprimento do Índice Financeiro para os períodos de 30 de setembro de 2022 até 30 de junho de 2024, desde que o Índice Financeiro apurado nos referidos períodos não ultrapasse os valores máximos descritos na Proposta da Administração; e (c) consentimento prévio para realização de qualquer uma das seguintes operações, e independentemente de quais sejam as contrapartes da Companhia na referida operação: (1) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente Ativos de Carvão; (2) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente participações societárias em sociedades controladas da Emissora cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja relacionada a Ativos de Carvão; (3) fusão, incorporação ou incorporação de ações, por qualquer sociedade terceira que não seja parte do grupo econômico da Companhia, de controladas da Companhia cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja exclusivamente relacionada a Ativos de Carvão (em conjunto, "Reorganizações Societárias Permitidas - Carvão"); ou (4) redução do capital social da Companhia, realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão, de forma que fiquem desde já expressamente aprovadas a realização de qualquer Reorganização Societária Permitida – Carvão ou redução de capital realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão; e **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima. Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos deste edital, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na AGD (incluindo, contraprestações econômicas por meio do pagamento de *waiver fee e/ou* incidência e cobrança de prêmio extraordinário e/ou aumento temporário ou permanente dos Juros Remuneratórios e/ou outras formas que venham a ser deliberados na AGD). Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. A participação e voto na AGD serão feitos por meio da plataforma "Zoom", não havendo a possibilidade de participação por meio do envio de instrução de voto. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, que deverão incluir poderes para aprovar os termos finais a serem deliberados na AGD. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail assembleia.segundaemissao@eneva.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 60 (sessenta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022.
Marcelo Habibe - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

EDITAL PARA CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA DE CONSUMO.

O presente Edital convida vendedores, representantes, propagandistas, consultores comerciais e gestores de qualquer ramo econômico do Estado do Rio de Janeiro, para participar de reunião pré-constituição de cooperativa de consumo a ser realizada no dia 08 de outubro de 2022, na Rua Lúcio Meira 330, sala 105, Várzea, Teresópolis/RJ, CEP 25953-001 com início às 08:00h em primeira chamada, 09:00h em segunda chamada e as 10:00 em terceira e última chamada. Os interessados deverão levar documentação pessoal necessária em conformidade com a Lei 5.764/71, Lei 10.406/02 e Lei nº 8.934/94, quando no ato da fundação haverá formação de chapas, candidatura, eleição e posse para o primeiro mandato.

Dra. Fátima Teixeira Martins – OAB/RJ 110.270.
Presidente da Comissão de fundação. Teresópolis/RJ, 29 de setembro de 2022.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.772	5.390	12.425	11.365
Contas a receber	4	19.560	37.433	30.923	75.613
Cheques em custódia	5	69	78	115	134
Impostos a recuperar	6	4.149	6.850	7.440	9.535
Derivativos		–	434	–	434
Outros		8.674	10.574	14.327	16.454
Total do ativo circulante		40.224	60.759	67.712	113.535
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	3	489	337	840	845
Operações com partes relacionadas	15	39.852	37.414	36.272	36.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	113.399	80.168	112.379	79.148
Depósitos judiciais		4.731	3.756	5.833	4.829
Investimento	7	105.186	112.751	–	–
Imobilizado, líquido	8	206.684	224.321	328.176	351.176
Direito de uso	14 a)	145.487	160.966	212.724	232.002
Intangível	9	55.163	55.386	81.782	82.036
Outros		59	60	693	694
Total do ativo não circulante		671.050	675.159	778.699	787.145
Total do ativo		711.274	735.918	843.929	900.680

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	41.777	85.434	44.670	87.331
Fornecedores		23.090	14.054	28.930	18.966
Obrigações trabalhistas		11.758	9.370	14.148	12.126
Obrigações tributárias	11	7.510	11.737	10.535	13.747
Obrigações tributárias parceladas	12	6.867	3.738	7.395	3.740
Serviços faturados e não executados	13	63.605	64.400	96.908	94.100
Arrendamento financeiro	14 b)	39.439	42.800	54.689	56.772
Operações com partes relacionadas	15	50.770	14.217	6.531	3.434
Outros		4.256	11.398	7.754	13.950
Total do passivo circulante		249.072	257.148	271.560	304.166
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	257.246	200.249	263.153	200.827
Fornecedores		2.213	-	2.213	-
Arrendamento financeiro	14 b)	122.717	130.014	182.441	191.716
Obrigações tributárias parceladas	12	19.088	8.909	20.972	8.912
Provisão para contingências	16	1.407	1.462	1.533	1.792
Adiantamento para futuro aumento de capital		283	283	283	283
Total do passivo não circulante		402.954	340.917	470.595	403.530
Patrimônio líquido	17				
Capital social		285.542	285.542	285.542	285.542
Reservas de capital		55.674	55.674	55.674	55.674
Prejuízos acumulados		(281.968)	(203.363)	(281.968)	(203.363)
		59.248	137.853	59.248	137.853
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	42.526	55.131
Total do Patrimônio líquido		59.248	137.853	101.774	192.984
Total do passivo e patrimônio líquido		711.274	735.918	843.929	900.680

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora: Capital social	Reserva de capital	Reserva de ágio	Custos nas emissões das debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(175.160)	166.056	50.830	216.886
Capital integralizado	-	-	-	-	-	-	7.834	7.834
Ganho no investimento	-	-	-	-	-	-	62	62
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(6.664)	(6.664)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(28.203)	(28.203)	3.069	(25.134)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(203.363)	137.853	55.131	192.984
Opção de compra investimento	-	-	-	-	-	-	(2.899)	(2.898)
Ganho no investimento	-	-	-	-	-	-	(3.477)	(3.477)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(78.605)	(78.605)	(5.902)	(84.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(281.968)	59.248	42.256	101.774

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional, líquida	18	128.752	290.058	179.983	416.939
Custo dos serviços prestados	18	(118.982)	(199.952)	(165.807)	(281.313)
Lucro bruto		9.770	90.106	14.176	135.626
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais	20	(5.354)	(7.292)	(8.009)	(10.320)
Despesas gerais e administrativas	18	(55.507)	(74.132)	(67.710)	(92.487)
Equivalência patrimonial	7	(11.001)	5.683	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	21	6.015	624	5.881	662
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(56.078)	14.989	(55.662)	33.481
Despesas financeiras	19	(65.862)	(68.097)	(71.998)	(77.156)
Receitas financeiras	19	14.217	10.258	14.060	9.977
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(107.722)	(42.850)	(113.600)	(33.698)
Imposto de renda e contribuição social	22	29.117	14.647	29.092	8.564
Prejuízo líquido do exercício		(78.605)	(28.203)	(84.507)	(25.134)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas controladores		(78.605)	(28.203)	(78.605)	(28.203)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	(5.902)	3.069

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo líquido do exercício	(78.605)	(28.203)	(84.507)	(25.134)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(78.605)	(28.203)	(84.507)	(25.134)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a				
Participação dos acionistas controladores	-	-	(78.605)	(28.203)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(5.902)	3.069

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Atividades operacionais				
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(107.722)	(42.850)	(113.600)	(33.698)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização	70.410	78.773	97.704	109.455
Resultado da equivalência patrimonial	11.001	(5.683)	–	–
Ajuste no valor justo dos derivativos	434	285	434	285
Provisão para contingências	313	271	629	493
Ganho/perda com participações societárias	(3.436)	(77)	(6.375)	62
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos e debêntures	30.569	33.946	31.031	33.779
IR/CS diferido	(4.114)	(1.313)	(4.139)	(7.396)
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	2.704	1.069	3.186	1.399
Baixas de imobilizados e investimentos	2.886	2.064	2.958	2.944
(Aumento) diminuição nas contas do ativo				
Contas a receber de clientes	15.176	11.387	41.522	4.923
Depósitos judiciais	(975)	(210)	(1.004)	(326)
Impostos a recuperar	2.701	3.543	2.095	3.214
Despesas antecipadas	154	178	(457)	(140)
Outras variações no ativo	1.746	(4.891)	2.589	(9.688)
Aumento (diminuição) nas contas do passivo				
Fornecedores	11.250	(1.956)	12.179	(4.633)
Juros pagos	(11.137)	(30.739)	(11.481)	(31.767)
Impostos, taxas e contribuições	9.080	4.853	12.503	4.983
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	2.388	687	2.022	525
Serviços faturados e não prestados	(795)	5.017	2.808	10.143
Outras variações no passivo	(7.510)	2.144	(7.085)	1.114
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	25.124	56.498	67.520	85.671
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	(152)	202	5	1.417
Aquisições de imobilizado	(6.268)	(10.671)	(10.585)	(19.671)
Aquisições de intangível	(1.038)	(2.823)	(1.039)	(2.905)
Dividendos recebidos	–	8.355	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas	–	(416)	–	–
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(7.458)	(5.353)	(11.619)	(21.159)
Atividades de financiamento				
Créditos com partes relacionadas	34.115	(755)	3.240	(1.760)
Captações de empréstimos e debêntures	31.347	43.620	38.357	51.620
Pagamentos de empréstimos	(35.669)	(59.388)	(36.403)	(70.554)
Pagamentos de arrendamentos	(45.077)	(34.307)	(59.706)	(45.514)
Distribuição de lucros	–	–	(328)	(6.664)
Aumento de capital e AFAC	–	–	–	7.834
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de financiamento	(15.284)	(50.830)	(54.840)	(65.038)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.382	315	1.061	(526)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.390	5.075	11.365	11.891
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.772	5.390	12.425	11.365

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A A!Bodytech Participações S.A. ("A!Bodytech" ou "Companhia" e conjuntamente com as suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro–RJ. Foi constituída em 07 de novembro de 2005, tem como objetivo: (a) A exploração de atividades esportivas em geral, inclusive academias de ginástica, atletismo, musculação, natação e outras atividades e serviços afins, tais como sauna, salões de beleza, salões de massagem, salões de estética, cabeleireiros, bares e restaurantes. (b) A prestação de serviços de gestão e administração de academias de ginásticas e centros esportivos. (c) O licenciamento de marcas e patentes, inclusive de quaisquer espécies de material e vestuário esportivo. (d) A realização de eventos esportivos. (e) A realização de importações de bens e serviços relacionados às atividades da Companhia. (f) O exercício de outros negócios afins ou correlatos ao seu objeto social. (g) A participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza ou tipo. Atualmente a Companhia e suas controladas estão presentes nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Paraná. Adicionalmente, a Companhia está presente em Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo e Mato Grosso com operações de franquia. Situação econômico-financeira: No decorrer do exercício de 2020, a Companhia foi afetada pela pandemia em decorrência das medidas restritivas impostas pelos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a (i) interrupção de suas atividades a partir de 15 de março de 2020 até meados de setembro de 2020 quando as últimas operações foram reabertas, (ii) após a reabertura restrições de horário de funcionamento, (iii) restrições de atividades, (iv) restrição de público a ser atendido, (v) restrição de dias de funcionamento, (vi) limitação de capacidade de atendimento com obrigatoriedade de agendamento prévio, (vi) rigorosos protocolos de atendimento quanto ao uso da máscara, distanciamento e higienização, entre outras. Adicionalmente as restrições impostas pelos decretos Estaduais e Municipais as empresas adotaram ampla política de Home Office, o que alterou de forma relevante a dinâmica de utilização da academia pelos clientes que tinham a sua conveniência de escolha na proximidade do seu trabalho. Além disso, o fechamento das escolas para atividades presenciais, ao longo de todo o ano de 2020, também alterou a rotina familiar e afastou as crianças das atividades infantis presenciais nas academias. A Companhia buscou se ajustar a este disruptivo cenário com diversas medidas, entre elas: • Em relação aos colaboradores, manteve constante relacionamento com os mesmos, através das plataformas de vídeo conferência, para assegurar todo o apoio e orientação para um retorno seguro e responsável com suporte direto de atendimento com médica do trabalho e equipe de RH. • Em relação a receita e manutenção dos clientes (a) reforçou a estratégia de entrega de serviços digitais, disponibilizando para todos seus clientes o acesso de forma gratuita à plataformas on demand (prescrição de treinos, programas de treinamento e aulas coletivas) e ao vivo (com seus principais instrutores de atividades coletivas), (b) prorrogou todos os vencimentos dos planos pelo número de dias que as academias ficaram fechadas, (c) possibilitou que os clientes trancassem seus planos, após a reabertura, por prazo indeterminado como forma de evitar o cancelamento de plano, (d) criou incentivo promocionais para retorno dos clientes e (e) reforçou em seus meios de comunicação diretos e por mídias sociais os protocolos de segurança adotados para dar tranquilidade e confiança aos clientes quanto a um retorno seguro. • Em relação aos custos adotou medidas tais como (a) adequação do quadro de colaboradores ao novo cenário de demanda, , (b) adesão às MP 936, lei 14.020 e Lay-Off, conforme previsto no artigo 476-A da CLT, com o objetivo de suspender e reduzir a jornada de trabalho, (c) negociação dos valores de locação durante o período fechado e após a reabertura com valores de locação compatíveis com o retorno dos alunos e não aplicação da correção anual por IGPM,(d) negociação com prestadores de serviço, fornecedores e eliminação de atividades não essenciais. • Em relação aos investimentos foram mantidos apenas os considerados essenciais para o funcionamento da operação, segurança e iniciativas digitais. • Em relação aos credores a Companhia obteve stand still de juros e amortização de principal em quase todos os contratos de empréstimo e reestruturou a totalidade do endividamento até 31 de dezembro de 2020. Como forma de recompor o caixa, a Companhia vendeu a academia Fórmula Brooklin. para um atual franqueado da Companhia, sendo que academia, após receber investimentos do franqueado, passou a operar sob a bandeira Bodytech a partir de fevereiro de 2021. Houve o fechamento da operação da Fórmula franquia Bosque dos Ipês em Campo Grande e o encerramento do contrato de prestação de serviço com o Clube Paulistano. Em função destes cenários adverso e de todas as medidas mencionadas acima a cia encerrou o ano de 2020 com: Base de clientes nas unidades próprias em relação a 31 de dezembro de 2019: a. Clientes pagantes: 53,2 %; b. Clientes trancados: 19,3 %; c. Clientes ativos (a+ b): 72,5 %. Receita Operacional Líquida: Como parte da estratégia de recuperação da receita a Companhia (i) manterá as iniciativas promocionais ao longo de 2021, (ii) reforçará e ampliará todas as iniciativas digitais, integrando com as atividades presencias nas academias de tal forma que a Companhia se torne omnichannel e aproveite a acelerada mudança de comportamento do consumidor na utilização dos serviços de forma presencial e digital, (iii) manterá estreito cumprimento e comunicação dos protocolos sanitários para garantir a percepção de segurança e confiança dos clientes, (iv) reforçará programas e serviços para clientes acima de 60 anos e pessoas com comorbidades pois entende que para este público a Companhia tem elevada reputação e reconhecimento, seja pela sua atuação ou pela ampla oferta de atividades. Adicionalmente, o contrato com o Gympass se mantém ativo e com o avanço do plano nacional de imunização as políticas de home office adotadas pelas empresas devem sofrer flexibilização ao longo de 2021 o que deve implicar no retorno de clientes do mercado corporativo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no consolidado apresenta insuficiência de capital circulante de R$ 203.848 (R$ 190.631 em 2019), que, se deduzidos de (i) R$ 96.908 referentes a conta de serviços faturados e não executados (R$ 94.100 em 2019) e (ii) R$ 54.689 referentes a conta de arrendamento a pagar (R$ 56.772 em 2019), decorrente da adoção da IFRS 16 e que tem como sua contrapartida o direito de uso registrado do ativo não circulante, tal insuficiência é reduzida para um capital circulante ajustado negativo de R$ 52.251 (capital circulante ajustado negativo de R$ 39.759 em 2018). O conceito de capital circulante ajustado foi criado porque os valores registrados no passivo exigível da Companhia (i) em função da IFRS 16, podem ter a sua exigibilidade substancialmente reduzida no caso de devolução dos pontos comerciais, quando o passivo com os locadores passa a ser, via de regra, 3 meses do valor da parcela mensal do aluguel, ajustado de forma proporcional ao prazo transcorrido do contrato e (ii) na conta de serviços faturados e não executados, são monitorados pela administração da companhia que concluiu que a devolução de tais valores não são, substancialmente, exigíveis em caixa. Em 2020, em função das restrições causadas pela pandemia de COVID-19, a Companhia manteve uma estratégia de financiamento mais eficiente sobre o ponto de vista do custo de capital, priorizando a antecipação de recebíveis de cartão de crédito. Tal estratégia, aliada a perda de clientes devido a pandemia de COVID-19, descrita nos parágrafos anteriores, resultou na variação no capital circulante ajustado descrita no item anterior. A Companhia encerrou o exercício com 100 academias operando (101 academias em 2019), sendo, 67 próprias (68 em 2019), 30 franquias (29 em 2019), além de 3 operações gerenciadas em clubes / licenciadas (4 em 2019). **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais políticas contábeis:** A autorização pela Administração para conclusão da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu em 21 de maio de 2021. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal das operações. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras **individuais e consolidadas**, estão divulgadas na Nota 2.21. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as seguintes empresas:

Controladas	2020	2019
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	**57,15**	61,13
Focus Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**83,3**	83,3
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**62,5**	62,5
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99,93**	99,93
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**80,55**	80,55
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**70**	70
FHS Administração, Participações e Serviços Ltda.	**58,49**	58,49
Nova Express Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda.	**99,9**	99,9
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99,9**	99,9
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**52,02**	52,02
Multione Fitness Ltda.	**100**	100
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99**	99

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. **2.2 Instrumentos financeiros:** Em relação à NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, são abarcados, na Companhia, os seguintes itens patrimoniais: fundo de aplicação; créditos a receber de clientes; instrumentos financeiros derivativos; e contas corrente com relacionadas. Contabilmente, não houve alteração no tratamento dados a qualquer item, conforme detalhado a seguir: **Fundo de aplicação**: são valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalente de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Podem ainda ser classificados como depósitos judiciais, quando representam depósitos efetuados pela Companhia em garantia de algum processo judicial em que é parte. Em todos os casos a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação. No caso dos depósitos judiciais, não são mantidos para negociação presente, mas não houve a opção irrevogável de reconhecer pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). Portanto, transita pelo resultado (VJR). **Créditos a receber de clientes**: não possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as parte, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. No tocante às perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia já adota política de estimar suas perdas futuras. A política atual prevê que valores de clientes com atraso superior a 180 dias tendem a se tornar incobráveis, sendo, neste momento, reconhecidos as perdas de créditos. **Instrumentos financeiros derivativos:** são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Contas correntes com relacionadas: são ativos que possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, sendo aplicável taxa média de captação. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.4 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido. As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9)–Instrumentos financeiros. Os cálculos do ajuste a valor presente não apresentaram valores relevantes em razão do curtíssimo prazo de liquidação dos saldos a receber. Portanto, não houve contabilização de Ajuste a Valor Presente (AVP) para esses ativos conforme a NBC TG 12 – ajuste a valor presente. **2.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "*pro rata dia*". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12– ajuste a valor presente. **2.7 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em controladas são eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em sua investida. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de controle ou influência significativa e o valor justo do investimento remanescente resultados da venda. **2.8 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **2.9 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.10 Direito de uso e arrendamento financeiro:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por período de tempo em troca de contraprestação. *Arrendatário:* A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. *Passivo de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. **2.11 Ajuste a valor presente:** A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** Os

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.14 Operações com partes relacionadas – A receber e a pagar:** São apresentadas aos valores presentes, e de realização. A Administração não tem como política a constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em transações com partes relacionadas. **2.15 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias em que a Companhia e suas controladas estão inseridas. **2.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** Impostos correntes (lucro real): A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32–Imposto sobre o lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.17. Participação nos lucros de empregados e administradores:** A Companhia possui planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, quando aplicável, encontra-se reconhecido em resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A provisão e pagamento de bônus são baseados em meta de resultados anuais, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. **2.18 Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Serviços faturados e não prestados correspondem aos pagamentos antecipados, cujos serviços não foram prestados. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. **2.19 Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na Companhia adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Adicionalmente, eventuais diferenças entre valores justos estimados e os efetivamente pagos serão ajustadas no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação **2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir. a) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Avaliação do valor recuperável de ativos:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macro econômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. O principal ativo da Companhia que têm seus valores de recuperação anualmente testados no final de cada exercício social é o intangível com vida útil indefinida. **2.22. Novas normas e interpretações:** A lista a seguir traz novas normas e/ou revisões emitidas e não adotadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020: a) Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas à pandemia da Covid-19: esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. b) Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio: esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. c) Alteração nas normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade: esclarece aspectos de materialidade para enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. d) Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros: esclarece aspectos relacionados à taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais têm a sua adoção para o exercício de 2021 oi após, e a Cia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas: a) Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. b) Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controladas: IFRS 19, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros: IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. c) Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. d) Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. e) Alteração da norma IFRS 3 – Referências à estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma a estrutura conceitual do IFRS. f) Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. g) Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 4. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. h) Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2. Esclarece aspectos referentes à definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	**7.772**	5.390	**12.425**	11.365
Total do caixa e equivalentes de caixa–Circulante	**7.772**	5.390	**12.425**	11.365
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**489**	337	**840**	845
Total dos títulos e valores mobiliários – Não circulante	**489**	337	**840**	845

As aplicações financeiras classificadas em equivalentes de caixa têm vencimentos inferiores a três meses contados da data de contratação ou possuem compromisso de recompra por parte das instituições financeiras, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores a três meses, e são mantidos para negociação. A parcela registrada no ativo não circulante refere-se a aplicações financeiras utilizadas como garantia de reserva de liquidez da segunda e terceira emissão de debêntures e capital de giro.

4. Contas a receber

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Mensalidades	**17.803**	26.976	**28.953**	66.321
Marketing	**228**	253	**57**	96
Royalties	**156**	232	**156**	232
Outras	**1.867**	10.465	**2.251**	9.458
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(494)	(494)	(494)	(494)
Total	**19.560**	**37.433**	**30.923**	**75.613**

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo;

Faixas de vencimento	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
A vencer				
De 1 a 30 dias	**4.971**	15.958	**4.971**	26.734
De 31 a 60 dias	**1.731**	3.519	**1.731**	9.300
De 61 a 90 dias	**1.127**	2.595	**1.127**	6.849
De 91 a 180 dias	**3.203**	4.173	**3.203**	14.146
Mais de 180 dias	**6.106**	8.399	**6.106**	16.826
Vencidos (*)	**2.422**	2.789	**2.422**	1.758
Total	**19.560**	**37.433**	**30.923**	**75.613**

A Companhia tem como política baixar para a despesa os cheques devolvidos há mais de 180 dias para os quais não há mais expectativa de recebimento. No exercício de 2020, foi registrada uma perda de crédito no valor de R$2.704 e R$3.186 no consolidado. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, o que reforça a razoabilidade da reserva estimada pela Companhia. **5. Cheques em custódia:** Correspondem aos cheques recebidos dos clientes decorrentes da venda dos planos e forma de pagamentos oferecidos (trimestral/semestral/anual). Os valores são realizados nos prazos de vencimento de cada parcela, mediante o depósito em conta bancária da Companhia.

Faixas de vencimento	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Vencidos	**69**	78	**115**	134
Total	**69**	**78**	**115**	**134**

6. Impostos a recuperar

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF s/aplicações	**911**	2.284	**1.254**	2.948
Imposto de renda	**–**	387	**1.303**	1.092
Contribuição social	**–**	152	**520**	459
PIS	**13**	24	**174**	115
COFINS	**56**	59	**644**	395
Retenção Lei 10833/2003	**745**	1.583	**748**	1.588
Programa de regularização de impostos	–	–	**203**	203
Outros	**2.424**	2.361	**2.594**	2.735
Total	**4.149**	6.850	**7.440**	9.535

Os créditos de IRRF sobre aplicações financeira são utilizados ao longo do ano quando apurado IR a recolher, ou compensados com outros tributos federais a partir do ano seguinte quando restar saldo a recuperar. Os créditos do Programa de Regularização de Impostos são basicamente pela adesão ao programa e desistência do PRT e adesão ao PERT. Que serão utilizados para futuros parcelamentos de débitos federais. **7. Investimentos:** Movimentação dos investimentos – Controladora

Investida	2019	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/perda investimento	AFAC	2020
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	12.751	-	(1.531)	3.767	-	**15.086**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	1.115	-	(1.573)	-	-	**(458)**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda. (i)	4.504	-	(639)	-	-	**3.865**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda. (i)	18.085	-	(316)	(328)	-	**17.441**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda. (i)	26.649	-	(1.935)	-	-	**24.714**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	8.972	-	(959)	-	-	**8.013**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.205	-	(520)	-	-	**1.685**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda. (i)	15.857	-	(314)	-	-	**15.543**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	(1)	-	-	-	-	**(1)**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	15.455	-	(2.388)	(1.043)	-	**12.024**
Multione Fitness Ltda. (i)	7.048	-	(853)	1.040	-	**7.235**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	111	-	(74)	-	-	**37**
Total	**112.751**	**-**	**(11.001)**	**3.436**	**-**	**105.186**

(i) Ao saldo do investimento nas controladas são acrescido o saldo do ágio referente as empresas incorporadas.

Investida	2018	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/perda investimento	AFAC	2019
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	14.352	(5.307)	3.706	-	-	**12.751**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	1.605	(23)	(467)	-	-	**1.115**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	4.345	-	159	-	-	**4.504**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	17.791	-	1.456	(1.162)	-	**18.085**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	26.478	(1.419)	1.264	176	150	**26.649**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	9.247	(644)	369	-	-	**8.972**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.520	-	(315)	-	-	**2.205**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	14.057	-	555	979	266	**15.857**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	338	-	(339)	-	-	**(1)**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	16.580	(962)	(247)	84	-	**15.455**
Multione Fitness Ltda.	7.362	-	(314)	-	-	**7.048**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	255	-	(144)	-	-	**111**
Total	**114.930**	**(8.355)**	**5.683**	**77**	**416**	**112.751**

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Investida	Participação percentual	Ágio	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	57,15	-	84.905	24.148	26.399	16.290	(2.505)
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	83,30	-	11.056	1.900	(549)	2.498	(1.888)
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	62,50	6.311	50.032	31.273	29.446	8.855	(3.096)
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,93	2.510	25.869	14.497	14.959	3.638	(316)
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	80,55	-	13.933	10.989	9.946	2.870	(1.190)
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	70,00	-	4.380	6.575	2.406	1.036	(742)
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	58,49	7.514	28.971	8.875	13.728	7.281	(538)
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	99,90	4.220	4.036	1.055	(354)	1.759	(639)
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de	99,90	-	-	10	-	-	-
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de	52,02	-	37.251	27.764	23.114	8.835	(4.591)
Multione Fitness Ltda.	100,00	4.108	5.324	5.540	3.128	1.740	(853)
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,00	-	797	6.000	37	8.871	74
Total		**24.663**	**266.554**	**138.625**	**122.259**	**63.675**	**(16.433)**

O teste de recuperação dos ativos foi aplicado individualmente para cada controlada de acordo com CPC 01, que leva em consideração o fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, que corresponde a cada uma das academias. Como resultado dessa análise, a Companhia não identificou perda na deterioração dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **8. Imobilizado**

Controladora

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2020
Custo						
Computadores e periféricos	20	12.704	83	1	(123)	12.665
Máquinas e equipamentos	10	14.807	229	(1)	(134)	14.901
Móveis e utensílios	10	13.588	40	-	(79)	13.549
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	87.055	2.012	-	(2.985)	86.082
Veículos	20	-	-	-	-	-
Esteiras	20	866	-	-	(28)	838
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	8.547	269	-	(151)	8.665
Equipamentos médicos	10	2.432	1	-	(21)	2.412
Instalações	10	33.741	523	-	(319)	33.945
Importação em andamento	10	194	-	-	-	194
Outros	20	769	-	-	-	769
Construção em andamento	–	10.177	67	(21)	(88)	10.135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	319.146	3.044	21	(3.362)	318.849
		504.026	6.268	-	(7.290)	503.004
Depreciação						
Computadores e periféricos		(10.885)	(559)	-	120	(11.324)
Máquinas e equipamentos		(9.591)	(930)	-	81	(10.440)
Móveis e utensílios		(9.907)	(736)	-	47	(10.596)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(66.328)	(6.296)	-	2.526	(70.098)
Veículos		-	-	-	-	-
Esteiras		(843)	(20)	-	28	(835)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(5.807)	(736)	-	134	(6.409)
Equipamentos médicos		(2.318)	(55)	-	21	(2.352)
Instalações		(20.202)	(2.267)	-	-	(22.469)
Outros		(632)	(18)	-	-	(650)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(153.192)	(9.402)	-	1.447	(161.147)
		(279.705)	(21.019)	-	4.404	(296.320)
Imobilizado líquido		**224.321**	**(14.751)**	**-**	**(2.886)**	**206.684**

Controladora

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2019
Custo						
Computadores e periféricos	20	12.469	431	-	(196)	12.704
Máquinas e equipamentos	10	14.273	742	-	(208)	14.807
Móveis e utensílios	10	13.469	218	-	(99)	13.588
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	90.430	2.020	-	(5.395)	87.055
Veículos	20	45	-	-	(45)	-
Esteiras	20	1.080	-	-	(214)	866
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	8.502	86	-	(41)	8.547
Equipamentos médicos	10	2.420	18	-	(6)	2.432
Instalações	10	32.134	1.607	-	-	33.741
Importação em andamento	10	194	-	-	-	194
Outros	20	769	-	-	-	769
Construção em andamento	–	10.186	66	(21)	(54)	10.177
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	314.448	5.483	21	(806)	319.146
		500.419	10.671	-	(7.064)	504.026
Depreciação						
Computadores e periféricos		(10.047)	(1.018)	-	180	(10.885)
Máquinas e equipamentos		(8.466)	(1.276)	-	151	(9.591)
Móveis e utensílios		(8.961)	(1.035)	-	89	(9.907)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(61.192)	(9.169)	-	4.033	(66.328)
Veículos		(45)	-	-	45	-
Esteiras		(1.029)	(28)	-	214	(843)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(4.821)	(1.027)	-	41	(5.807)
Equipamentos médicos		(2.175)	(149)	-	6	(2.318)
Instalações		(17.121)	(3.081)	-		(20.202)
Outros		(599)	(33)	-		(632)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(139.952)	(13.481)	-	241	(153.192)
		(254.408)	(30.297)	-	5.000	(279.705)
Imobilizado líquido		**246.011**	**(19.626)**	**-**	**(2.064)**	**224.321**

Consolidado

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2019
Custo						
Terrenos	-	8.109	–	–		8.109
Computadores e periféricos	20	17.705	143	1	(128)	17.721
Máquinas e equipamentos	10	21.572	277	(1)	(134)	21.714
Móveis e utensílios	10	19.093	52	–	(80)	19.065
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	123.904	2.711	–	(3.883)	122.732
Veículos	20	10	–	–	–	10
Esteiras	20	1.038	–	–	(28)	1.010
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	13.708	319	–	(151)	13.876
Equipamentos médicos	10	3.724	3	–	(21)	3.706
Equipamentos de comunicação	10	4	–	–	–	4
Instalações	10	48.534	824	–	(319)	49.039
Importação em andamento	10	195	9	–	–	204
Outros	20	1.108	–	–	–	1.108
Construção em andamento	–	10.775	347	(252)	(89)	10.781
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	475.240	5.900	252	(3.395)	477.997
		744.719	10.585	–	(8.228)	747.076
Depreciação						
Computadores e periféricos		(14.781)	(816)	–	124	(15.473)
Máquinas e equipamentos		(13.438)	(1.338)	–	81	(14.695)
Móveis e utensílios		(12.754)	(1.050)	–	48	(13.756)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(92.357)	(9.080)	–	3.387	(98.050)
Veículos		(10)	–	–	–	(10)
Esteiras		(1.013)	(22)	–	28	(1.007)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(9.028)	(1.134)	–	134	(10.028)
Equipamentos médicos		(3.393)	(108)	–	21	(3.480)
Equipamentos de comunicação		(5)	–	–	–	(5)
Instalações		(28.251)	(3.217)	–	–	(31.468)
Outros		(847)	(23)	–	–	(870)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(217.666)	(13.839)	–	1.447	(230.058)
		(393.543)	(30.627)	–	5.270	(418.900)
Imobilizado líquido		**351.176**	**(20.042)**	**–**	**(2.958)**	**328.176**

Consolidado

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2019
Custo						
Terrenos	-	8.109	–	–	–	8.109
Computadores e periféricos	20	17.234	710	–	(239)	17.705
Máquinas e equipamentos	10	20.525	1.277	–	(230)	21.572
Móveis e utensílios	10	18.795	434	–	(136)	19.093
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	127.490	4.242	–	(7.828)	123.904
Veículos	20	55	–	–	(45)	10
Esteiras	20	1.252	–	–	(214)	1.038
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	12.957	816	–	(65)	13.708
Equipamentos médicos	10	3.644	86	–	(6)	3.724
Equipamentos de comunicação	10	4	–	–	–	4
Instalações	10	46.185	2.356	–	(7)	48.534

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2019
Importação em andamento	10	195	–	–	–	195
Outros	20	1.108	–	–	–	1.108
Construção em andamento	–	11.813	369	(1.018)	(389)	10.775
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	465.653	9.381	1.018	(812)	475.240
		735.019	19.671	–	(9.971)	744.719
Depreciação						
Computadores e periféricos		(13.509)	(1.489)	–	217	(14.781)
Máquinas e equipamentos		(11.764)	(1.837)	–	163	(13.438)
Móveis e utensílios		(11.994)	(1.486)	–	726	(12.754)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(84.407)	(13.303)	–	5.353	(92.357)
Veículos		(55)	–	–	45	(10)
Esteiras		(1.199)	(28)	–	214	(1.013)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(7.479)	(1.606)	–	57	(9.028)
Equipamentos médicos		(3.149)	(251)	–	7	(3.393)
Equipamentos de comunicação		(4)	(1)	–	–	(5)
Instalações		(23.635)	(4.620)	–	4	(28.251)
Outros		(796)	(51)	–	–	(847)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(197.804)	(20.103)	–	241	(217.666)
		(355.795)	(44.775)	–	7.027	(393.543)
Imobilizado líquido		**379.224**	**(25.104)**	**–**	**(2.944)**	**351.176**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R$47.371 (R$47.371 em 2019) em equipamentos dados em garantia de empréstimos. A Administração da Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano de 2020 e 2019. **9. Intangível**

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2019	Adições	Baixas	2020
Custo					
Marcas e patentes	-	105	-	-	105
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	-	-	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	-	-	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	-	-	2.519
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	-	-	1.197
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	-	-	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	-	-	4.216
Ágio–Hapag Participações	-	4.134	-	-	4.134
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	-	-	4.426
Ágio–Lambda	-	88.905	-	-	88.905
Licença de uso de software	20	37.216	1.038	(21)	38.233
Carteiras de clientes	33	7.667	-	-	7.667
Fundo de comércio	10	1.177	-	-	1.177
Carteiras de clientes–A!Club Fitness	33	245	-	-	245
		185.877	1.038	(21)	186.894
Amortização					
Licença de uso de software		(32.904)	(1.261)	21	(34.144)
Fundo de comércio		(1.152)	-	-	(1.152)
Carteira de clientes		(7.406)	-	-	(7.406)
Outros		(89.029)	-	-	(89.029)
		(130.491)	(1.261)	21	(131.731)
Intangível líquido		55.386	(223)	-	55.163

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2018	Adições	Transferência	2019
Custo					
Marcas e patentes	-	105	–	–	105
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	–	–	2.519
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	1.197
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	4.216
Ágio–Hapag Participações	-	4.134	–	–	4.134
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	–	–	4.426
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	88.905
Licença de uso de software	20	34.394	2.822	–	37.216
Carteiras de clientes	33	7.666	1	–	7.667
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	1.177
Carteiras de clientes–A!Club Fitness	33	245	–	–	245
		183.054	2.823	–	185.877
Amortização					
Licença de uso de software		(30.604)	(2.300)	–	(32.904)
Fundo de comércio		(1.130)	(22)	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.406)	–	–	(7.406)
Outros		(89.029)	–	–	(89.029)
		(128.169)	(2.322)	–	(130.491)
Intangível líquido		54.885	501	–	55.386

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2019	Adições	Aquisição	Baixa	2020
Custo						
Marcas e patentes	-	104	–	–	–	104
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	–	–	–	2.517
Ágio–RM Academia	-	2.513	–	–	–	2.513
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	–	4.216
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	–	1.197
Ágio–Alpha Par	-	6.311	–	–	–	6.311
Ágio–FHS Adm. Participações	-	8.063	–	–	–	8.063
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	–	–	–	4.427
Ágio–Nova Express	-	4.946	–	–	–	4.946
Ágio–Hapag Participações	-	4.971	–	–	–	4.971
Ágio–RRO Academia	-	876	–	–	–	876
Ágio–Multione Fitness	-	4.270	–	–	–	4.270
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	–	88.905
Ágio–BT03 Vitória Fitness Center	-	8	–	–	–	8
Licença de uso de software	20	38.027	1.039	–	(21)	39.045
Carteiras de clientes	33	7.906	–	–	–	7.906
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	–	1.177
		214.504	1.039	–	(21)	215.522
Amortização						
Licença de uso de software		(33.486)	(1.293)	–	21	(34.758)
Fundo de comércio		(1.152)	–	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.410)	–	–	–	(7.410)
Ágio Lambda		(88.905)	–	–	–	(88.905)
Outros		(1.515)	–	–	–	(1.515)
		(132.468)	(1.293)	–	21	(133.740)
Intangível líquido		82.036	(254)	–	–	81.782

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2018	Adições	Aquisição	Baixa	2019
Custo						
Marcas e patentes	-	104	–	–	–	104
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	–	–	–	2.517
Ágio–RM Academia	-	2.513	–	–	–	2.513
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	–	4.216
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	–	1.197
Ágio–Alpha Par	-	6.311	–	–	–	6.311
Ágio–FHS Adm. Participações	-	8.063	–	–	–	8.063
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	–	–	–	4.427
Ágio–Nova Express	-	4.946	–	–	–	4.946
Ágio–Hapag Participações	-	4.971	–	–	–	4.971
Ágio–RRO Academia	-	876	–	–	–	876
Ágio–Multione Fitness	-	4.270	–	–	–	4.270
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	–	88.905
Ágio–BT03 Vitória Fitness Center	-	8	–	–	–	8
Licença de uso de software	20	35.141	2.886	–	–	38.027
Carteiras de clientes	33	7.887	19	–	–	7.906
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	–	1.177
		211.599	2.905	–	–	214.504
Amortização						
Licença de uso de software		(31.129)	(2.357)	–	–	(33.486)
Fundo de comércio		(1.130)	(22)	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.406)	(4)	–	–	(7.410)
Ágio Lambda		(88.905)	–	–	–	(88.905)
Outros		(1.515)	–	–	–	(1.515)
		(130.085)	(2.383)	–	–	(132.468)
Intangível líquido		81.514	522	–	–	82.036

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A taxa de desconto utilizada foi de 14,3%. A Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

10. Empréstimos e financiamentos

Controladora	2020		2019	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	24.494	37.213	40.876	12.790
BNDES–direto (ii)	–	–	1.048	–
Debêntures (iii)	17.283	214.762	43.510	181.808
Outros (iv)	–	5.271	–	5.651
Total	**41.777**	**257.246**	**85.434**	**200.249**

Consolidado	2020		2019	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	27.387	43.120	42.645	13.368
BNDES–direto (ii)	–	–	1.176	–
Debêntures (iii)	17.283	214.762	43.510	181.808
Outros (iv)	–	5.271	–	5.651
Total	**44.670**	**263.153**	**87.331**	**200.827**

(i) Capital de giro–As taxas variam de 0,22% a 0,66% ao mês acrescido a remuneração do CDI e são garantidos com equipamentos. (ii) Financiamentos–A taxa do financiamento é de 9,30% a 12,30% ao ano acrescido de TJLP, cesta de moedas que é de 3,70% a 5,30% a.a., variação do dólar de 4,80 a 5,30 e é garantido por aval dos sócios e equipamentos. (iii) Debêntures–Trata-se de 3.100 debêntures simples com valor unitário de R$100, não conversíveis em ações, quirografárias, com garantia real adicional oferecida em direitos creditórios. As debêntures foram emitidas em 15 de maio de 2013 (1.900 debêntures) e 30 de setembro de 2014 (1.200 debêntures), com vencimento para 2025 e são destinadas ao pagamento de dívidas e investimentos em novas academias. A remuneração é paga mensalmente baseada no CDI acrescida de 4,35%. Os saldos de debêntures apresentados estão líquidos dos custos de captação. Os custos são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC 08 (R1)–"Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários". O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 4.058. Excepcionalmente para o exercício de 2020, os debenturistas dispensaram Companhia da obrigação de cumprir os covenants financeiros previstos na 2ª e na 3ª emissão de debentures. (iv) Empréstimo com a empresa BR Proerties, no montante de R$ 96.068, acrescido de CDI mais 2% com vencimentos a partir de 2020, obtido para construção de academia em shopping. Segue abaixo a movimentação da rubrica de empréstimos e financiamentos ocorridos em 31 de dezembro de 2020.

Empréstimos	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	49.197	249.048	298.245
Liberações	29.810	21.810	51.620
Transferências não circulante x circulante	72.475	(72.475)	–
Encargos sobre empréstimos	30.539	666	31.205
Pagamento de principal	(65.782)	(404)	(66.186)
Pagamento de encargos	(30.805)	(386)	(31.191)
Custo de captação	–	1.990	1.990
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**85.434**	**200.249**	**285.683**
Liberações	25.049	6.298	31.347
Transferências não circulante x circulante	(47.884)	47.884	–
Encargos sobre empréstimos	25.316	1.382	26.698
Pagamento de principal	(35.001)	(668)	(35.669)
Pagamento de encargos	(11.137)	–	(11.137)
Custo de captação	–	2.101	2.101
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**41.777**	**257.246**	**299.023**

Empréstimos	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**53.436**	**251.644**	**305.080**
Liberações	29.810	21.810	51.620
Transferências não circulante x circulante	74.499	(74.499)	–
Encargos sobre empréstimos	31.126	664	31.790
Pagamento de principal	(70.150)	(404)	(70.554)
Pagamento de encargos	(31.390)	(378)	(31.768)
Custo de captação	–	1.990	1.990
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**87.331**	**200.827**	**288.158**
Liberações	25.867	12.490	38.357
Transferências não circulante x circulante	(47.020)	47.020	–
Encargos sobre empréstimos	25.708	1.383	27.091
Pagamento de principal	(35.735)	(668)	(36.403)
Pagamento de encargos	(11.481)	–	(11.481)
Custo de captação	–	2.101	2.101
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.670**	**263.153**	**307.823**

Abaixo demonstramos os saldos por vencimento dos contratos:

Descrição	Controladora	Consolidado
2021	244	2.011
2022	683	683
2024	83.334	90.367
2025	214.762	214.762
Total	**299.023**	**307.823**

11. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRPJ	**19**	**19**	**315**	**334**
CSLL	**–**	**–**	**106**	**119**
IRRF (*)	**648**	**898**	**770**	**1.287**
IOF (*)	**3**	**5**	**258**	**29**
PIS (*)	**315**	**733**	**444**	**851**
COFINS (*)	**1.973**	**3.503**	**2.542**	**4.043**
ISS	**4.380**	**6.312**	**5.893**	**6.749**
CSRF	**92**	**187**	**121**	**252**
Outros	**80**	**80**	**86**	**83**
Total	**7.510**	**11.737**	**10.535**	**13.747**

12. Obrigações tributárias parceladas

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Parcelamento PIS/COFINS	**5.750**	1.533	**6.603**	**1.533**
Parcelamento ISS (*)	**15.041**	10.093	**15.156**	**10.098**
Parcelamento INSS	**5.164**	1.021	**6.608**	**1.021**
Total	**25.955**	**12.647**	**28.367**	**12.652**
Circulante	**6.867**	**3.738**	**7.395**	**3.740**
Não circulante	**19.088**	**8.909**	**20.972**	**8.912**

(*) A Companhia aderiu em 10 de julho de 2020 parcelamento junto a Prefeitura do Rio de Janeiro (Concilia Rio), referente ao período de 2018 e 2019, será amortizados em 84 parcelas, em 19 de agosto de 2020 parcelamento junto a Prefeitura de Vila Velha, referente ao período de março a junho de 2020, será amortizado em 36 parcelas, em 25 de setembro de 2020 parcelamento junto a Prefeitura da Serra, referente ao período de fevereiro a junho de 2020, será amortizado em 10 parcelas, em 02 de dezembro de 2020 parcelamento junto a Prefeitura de São Luis, referente período de março a outubro de 2020, será amortizado em 31 parcelas.

13. Serviços faturados e não prestados (Controladora e consolidado): Correspondem aos valores de serviços a serem prestados na controladora no montante de R$ 63.605 (R$ 64.400 em 2019) e no consolidado no montante de R$ 96.908 (R$ 94.100 em 2019), decorrente do plano escolhido (trimestral/semestral/anual) pelo cliente para liberação do acesso às instalações das academias e afins. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. A Administração da Companhia monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados de forma a manter no balanço o montante efetivamente comprometido. A Companhia e suas controladas assinam contratos de prestação de serviços por períodos que variam de trimestral a anual. No fechamento dos contratos são efetuados parcelamentos das mensalidades mediante cartão de crédito. **14. Direito de uso arrendamento financeiro (Controladora e consolidado):** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Companhia de 11,0% e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para a aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das concessionárias com prazo médio de 10 anos.

a) Ativo de direito de uso	Controladora		Consolidado	
Imóveis	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial ou final	**160.966**	**–**	**232.002**	**–**
Arrendamentos reconhecidos na transição para o IFRS 16 em 01/01/2019	–	195.744	–	275.971
Aquisições	–	3.183	–	4.842
Atualização monetária	34.434	8.195	48.294	13.190
Amortização	(48.128)	(45.372)	(65.787)	(60.519)
Baixas	(1.785)	(784)	(1.785)	(1.482)
Saldo final	**145.487**	**160.966**	**212.724**	**232.002**

b) Passivos de arrendamento financeiro	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo inicial e ou final	172.814	–	248.488	–
Arrendamento reconhecido na transição para o IFRS 16	–	195.744	–	275.971
Atualização monetária	34.419	8.194	48.348	13.189
Adições de novos contratos	–	3.183	–	4.844
Baixa por pagamentos dos				
Passivos de arrendamento	(35.101)	(50.727)	(45.643)	(67.727)
Baixa por desconto	(24.560)	(2.053)	(37.347)	(3.748)
Juros provisionado	16.369	19.257	25.069	27.435
Baixas por alteração contratual	(1.785)	(784)	(1.785)	(1.476)
Saldo final	**162.156**	**172.814**	**237.130**	**248.488**
Circulante	**39.439**	**42.800**	**54.689**	**56.772**
Não circulante	**122.717**	**130.014**	**182.441**	**191.716**

c) Resultado de arrendamento	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resultado de arrendamento				
Isenções (arrendamentos variáveis ou prazo inferior a 12 meses)	**2.915**	1.020	**3.001**	1.274
Amortização do arrendamento de aluguel	**21.190**	43.351	**26.985**	57.108
Despesas financeiras–juros acumulados (AVP)	**13.972**	19.202	**19.584**	27.103
Crédito de PIS e COFINS	**(4.655)**	(4.478)	**(6.843)**	(5.807)

15 Transações com partes relacionadas

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda	631	242	–	–
Focus Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	2.687	757	–	–
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda	262	–	–	–
BTFtit Serviços e Acomp. Treinos Desportivos (*)	36.272	36.415	36.272	36.415
	39.852	**37.414**	**36.272**	**36.415**

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	7.053	453	–	–
Fórmula Tiju Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	2.233	375	–	–
BRDF Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	14.924	4.943	–	–
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.136	916	–	–
FHS Administração, Participações e Serviços Ltda.	4.838	–	–	–
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	9.125	2.266	–	–
Multione Fitness Ltda	2.128	1.434	–	–
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda	–	18	–	–
Rio Poty Fitness Center Academia de Ginástica Ltda	1.802	378	–	–
BTG Pactual	6.531	3.434	6.531	3.434
	50.770	**14.217**	**6.531**	**3.434**

As transações entre partes relacionadas são empréstimos às controladas para capital de giro, suportados por contratos de mútuo, sendo os valores corrigidos pela taxa média de captação da Companhia. (*) Empréstimo concedido a empresa BT Fit, com vencimentos de 90 dias e atualizados com a taxa CDI. Esse empréstimo é garantido pelos acionistas. Honorários da Administração: Os honorários dos administradores da Companhia e de suas controladas no exercício de 2020 totalizaram R$1.671 (R$4.261 em 2019). **16. Provisão para contingências:** A Companhia e as controladas são parte integrante de diversos processos de naturezas trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, foram provisionadas as causas consideradas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado					
Natureza da contingência	Saldo em 2019	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2020
Cíveis	**316**	294	-	(182)	428
Trabalhistas	**1.476**	336	(9)	(697)	1.106
Total	**1.792**	**629**	**(9)**	**(879)**	**1.533**

Consolidado					
Natureza da contingência	Saldo em 2018	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2019
Cíveis	**264**	147	(14)	(81)	316
Trabalhistas	**1.634**	346	42	(546)	1.476
Total	**1.898**	**493**	**28**	**(627)**	**1.792**

As causas com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis estão relacionadas a seguir:

Descrições	2020	2019
Contingências fiscais	**1.999**	4.741
Contingências trabalhistas	**5.306**	1.754
Contingências cíveis	**379**	2.170
Total	**7.684**	8.665

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 285.542, divididos em 121.425.155 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de capital: A reserva de capital corresponde ao ágio na emissão de novas ações integralizadas no transcorrer dos exercícios. c) Destinação dos lucros: O lucro líquido do exercício é destinado conforme lei das S.A., sendo 5% à reserva legal, até atingir 20% do capital social; 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, como dividendos mínimos obrigatórios; e o saldo remanescente tem a destinação a ser aprovada pela Assembleia Geral. **18. Receitas, custos e despesas administrativas e gerais**

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas				
Planos	139.534	284.140	198.624	417.959
Matrícula/avaliação	2.502	6.083	3.941	9.642
Nutrição	10	48	11	53
Personal	6.276	25.017	8.869	35.205
Patrocínio	884	1.288	884	1.288
Locação	3.625	8.464	5.719	12.943
Marketing	2.343	3.074	487	1.064
Royalties	1.265	2.578	1.265	2.578
Outras	4.737	10.779	5.271	13.533
(-) Impostos	(19.770)	(43.069)	(28.456)	(65.241)
(-) Cancelamento de receitas	(12.654)	(8.344)	(16.632)	(12.085)
Total receita operacional líquida	128.752	290.058	179.983	416.939

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Custos				
Pessoal	(20.926)	(46.179)	(30.830)	(68.822)
Ocupação	(34.382)	(43.756)	(45.670)	(60.730)
Manutenção	(6.122)	(12.877)	(8.599)	(17.023)
Materiais	(2.447)	(4.588)	(3.602)	(7.172)
Serviços prestados	(16.277)	(30.948)	(24.891)	(45.810)
Depreciação e amortização	(43.471)	(71.959)	(58.902)	(99.392)
Outros	(1.287)	(3.881)	(1.942)	(5.833)
Crédito de PIS e COFINS	5.930	14.236	8.629	23.469
Total dos custos	**(118.982)**	**(199.952)**	**(165.807)**	**(281.313)**

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Despesas administrativas e gerais				
Honorários da administração	(1.354)	(3.914)	(1.671)	(4.261)
Pessoal	(33.232)	(48.925)	(42.543)	(64.150)
Ocupação	(1.415)	(1.569)	(1.415)	(1.578)
Serviços prestados	(12.454)	(11.066)	(13.065)	(11.667)
Comunicação	(1.218)	(985)	(1.639)	(1.234)
Manutenção	(157)	(107)	(157)	(107)
Material	(392)	(982)	(443)	(1.128)
Outras despesas gerais	(5.285)	(6.584)	(6.777)	(8.362)
Total das despesas administrativas e gerais	**(55.507)**	**(74.132)**	**(67.710)**	**(92.487)**

19.Resultado financeiro, líquido

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.480)	(11.201)	(13.656)	(11.482)
Juros sobre impostos e reparcelamentos	(3.972)	(2.744)	(4.922)	(2.784)
IOF/IOC	(738)	(435)	(764)	(453)
Tarifas bancárias	(254)	(263)	(597)	(752)
Juros debêntures	(16.024)	(25.367)	(16.024)	(25.367)
Variação cambial e perda com operações de derivativos	(12.986)	(6.656)	(13.004)	(6.741)
Despesas emissão debêntures	(3.343)	(2.622)	(3.351)	(2.630)
Comissão de fianças	(27)	(30)	(30)	(30)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(406)
Juros sobre leasing	(13.972)	(18.734)	(19.584)	(26.466)
Outros	(66)	(45)	(66)	(45)
Despesas financeiras	**(65.862)**	**(68.097)**	**(71.998)**	**(77.156)**
Rendimentos das aplicações financeiras	26	88	37	158
Juros recebidos	1.824	4.341	1.665	4.614
Variação cambial e ganho com operações de derivativos	12.138	5.393	12.138	5.469
PIS e COFINS sobre receita financeira	(101)	(237)	(215)	(307)
Juros sobre capital próprio	-	638	-	-
Outros	330	35	435	43
Receitas financeiras	**14.217**	**10.258**	**14.060**	**9.977**

20. Despesas comerciais

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Propaganda e promoções	(1.504)	(2.975)	(2.063)	(3.684)
Marketing	–	–	(133)	–
Material gráfico	(189)	(415)	(296)	(647)
Cópia	(8)	(10)	(9)	(11)
Eventos	(175)	(1.398)	(230)	(1.884)
Criação, internet e promoção	(33)	(84)	(34)	(88)
Doações	–	(4)	–	(4)
Patrocínio	–	–	–	–
Taxa administrativas	(3.003)	(2.116)	(4.478)	(3.623)
Comissão de agenciamento	(401)	(250)	(723)	(334)
Brindes	(41)	(40)	(43)	(45)
Total	**(5.354)**	**(7.292)**	**(8.009)**	**(10.320)**

21. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ganhos na alienação do ativo imobilizado	2.344	631	2.616	831
Ganho (perda) sobre investimentos	3.436	77	3.591	(63)
Outras	234	(84)	(326)	(106)
Total	**6.015**	**624**	**5.881**	**662**

22. Imposto de renda e contribuição social: Ativo fiscal diferido: A movimentação dos impostos diferidos nos exercícios de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Controladora–descrição	Saldo em 2018	Consolidação PERT	Adições/exclusões	Saldo em 2019	Adições/exclusões	Saldo em 2020
	Controladora					
Crédito fiscal diferido sobre prej. Fiscal e base negativa	**76.530**	1.322	14.638	**92.490**	33.245	**125.735**
Diferenças temporárias						
Amortização fiscal de ágio	**(12.636)**	-	-	**(12.636)**	-	**(12.636)**
Outros	**314**	-	-	**314**	(14)	**300**
Total	**64.208**	1.322	14.638	**80.168**	33.231	**113.399**

Consolidado–descrição	Saldo em 2018	Consolidação PERT	Adições/exclusões	Saldo em 2019	Adições/exclusões	Saldo em 2020
	Consolidado					
Crédito fiscal diferido sobre prej. Fiscal e base negativa	**76.530**	1.322	14.638	**92.490**	33.245	**125.735**
Diferenças temporárias						
Amortização fiscal de ágio	**(12.636)**	-	-	**(12.636)**	-	**(12.636)**
Outros	**(706)**	-	-	**(706)**	(14)	**(720)**
Total	**63.188**	1.322	14.638	**79.148**	33.231	112.379

A Administração estima realizar o ativo fiscal diferido conforme cronograma abaixo:

Ano	Créditos tributários
2021	18.036
2022	(12.196)
2023	(19.918)
2024	(28.072)
2025	(41.497)
2026 em diante	(29.752)
	113.399

Reconciliação da alíquota nominal versus alíquota efetiva

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	**(107.722)**	(42.850)	**(113.600)**	(33.698)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal–34%	**36.626**	14.569	**38.624**	11.457
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva				
Multas e penalidades	**(31)**	11	**(48)**	(13)
Efeito IFRS 16	**(697)**	(2.477)	**(1.571)**	(3.485)
Equivalência patrimonial	**(3.774)**	1.932	**-**	-
Baixa créditos tributários	**92**	-	**53**	-
Ajustes provisão exercícios anteriores	**-**	-	**15**	-
Outros	**(4.412)**	612	**(7.981)**	605
Crédito fiscal na demonstração do resultado	**29.117**	14.647	**29.092**	8.564
Corrente	**(4.347)**	-	**(4.372)**	(6.083)
Diferido	**33.464**	14.647	**33.464**	14.647

23. Gerenciamento de riscos financeiros: 23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Companhia classificados por categoria:

Ativos financeiros	2020 Custo amortizado	2020 A valor justo por meio do resultado (*)	2020 Total	2019 Custo amortizado	2019 A valor justo por meio do resultado (*)	2019 Total
	Controladora					
Caixas e equivalentes de caixa	7.772	-	7.772	5.390	-	5.390
Títulos e valores mobiliários	-	489	489	-	337	337
Contas a receber	19.560	-	19.560	37.433	-	37.433
Cheques em custódia	69	-	69	78	-	78
Depósitos judiciais	4.731	-	4.731	3.756	-	3.756
Conta corrente empresas relacionadas	39.852	-	39.852	37.414	-	37.414
Total	**71.984**	**489**	**72.473**	**84.072**	**337**	**84.409**

Ativos financeiros	2020 Custo amortizado	2020 A valor justo por meio do resultado (*)	2020 Total	2019 Custo amortizado	2019 A valor justo por meio do resultado (*)	2019 Total
	Consolidado					
Caixas e equivalentes de caixa	12.425	-	12.425	11.365	-	11.365
Títulos e valores mobiliários	-	840	840	-	845	845
Contas a receber	30.923	-	30.923	75.613	-	75.613
Cheques em custódia	115	-	115	134	-	134
Depósitos judiciais	5.833	-	5.833	4.829	-	4.829
Conta corrente empresas relacionadas	36.272	-	36.272	36.415	-	36.415
Total	**85.569**	**840**	**86.410**	**128.356**	**845**	**129.201**

(*) Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. As aplicações financeiras e derivativos contabilizadas a valor justo por meio do resultado são mensuradas pelo Nível 2. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, cuja remuneração é equivalente às taxas praticadas no mercado financeiro. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista estarem contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais. Os empréstimos e financiamentos não tem negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as práticas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados não diferem de forma relevante dos respectivos valores justos. As taxas de juros praticadas nas debêntures são condizentes com o mercado brasileiro considerando seu objetivo e avaliação de riscos específicos. Em relação aos financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os mesmos apresentam taxas diferenciadas. Essas taxas são contratadas, evidenciando melhores oportunidades, na época, de captação para a empresa. **23.2 Gestão de risco financeiro:** A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: a) Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um contrato o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). O risco de crédito da Companhia é minimizado em função da pulverização de sua carteira de clientes. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma individualizada para cada empresa e agregada pelo departamento financeiro da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das empresas para assegurar que as mesmas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida das empresas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. d) Derivativos: A Companhia apresenta uma despesa financeira de R$434 (R$ 285 de despesa financeira em 2019) na Controladora e no Consolidado, os saldos estão registrados no balanço patrimonial sob a rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos". A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos derivativos com fins especulativos e geralmente não os liquida antes de seus respectivos vencimentos. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia. Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos. O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos", está demonstrado a seguir: *Swap* cambial

Descrição	Faixas de vencimento mês/ano	Valor referência (nocional)	Consolidado Valor justo em 2020	Consolidado Valor justo em 2019
Swap (cambial)	Junho de 2021			
Posição ativa	US$ + 5,8%	142.500	–	16.518
Efeito no resultado do exercício			(434)	(285)

24. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A apólice está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
Risco nomeado e operacional	82.509	05/09/2020	05/09/2021	Swiss Re Corporate Brasil Seguros S.A.
Risco civil	4.000	05/09/2020	05/09/2021	Axa Seguros S.A.

25. Eventos subsequentes: Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Empresa até esta data.

Diretoria: Luiz Carlos Costeira Urquiza - Diretor Presidente;
Daniel Loureiro de Figueiredo - Diretor Financeiro;
Marcelo Vianna Moreira Pequeno - Diretor de Operações;
Eduardo Silveira Netto - Diretor Técnico;
Bruno Leal Franco - Diretor de Marketing e Tecnologia;
Flávia de Oliveira Moreira da Fonseca - Diretora de Recursos Humanos e Franquias.
Contador: Maryleila Santos da Costa CRC-RJ 071197-O.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **A!Bodytech Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ: **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **A!Bodytech Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº2, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia sofreu reduções recorrentes em suas operações durante o exercício de 2020, devido as medidas restritivas impostos pelos Governos Estaduais, Municipais e pelo Distrito Federal, que ocasionou a interrupção das atividades presenciais em academias a partir de março de 2020 até meados de setembro de 2020, possuindo deficiência de capital circulante líquido negativo e prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2020, que juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade operacional. Os planos da Administração da Companhia, que incluem dentre outros a reestruturação da dívida, a venda de ativos e o fechamento de unidades não rentáveis estão descritos nas mesmas Notas Explicativas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 8, 9 e 22, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de impairment anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), envolve julgamentos complexos e tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos, além dos pressupostos para estimar as bases tributárias futuras. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável tanto do ágio como do ativo imobilizado podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Administração para recuperabilidade destes ativos; • Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; • Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e • Revisão da adequada divulgação realizada nas Notas Explicativas nº 8, 9 e 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram por nós examinados, onde emitimos relatório de auditoria, não contendo modificação, datado de 21 de maio de 2020. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2021.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Fernando Pereira da Silva Marques
Contador CRC 1 RJ 092490/O-3.

Cade avaliará acordo entre os grupos Gerdau e Randon

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) divulgou nesta quarta-feira que irá analisar um acordo comercial entre as empresas Randon Implementos (fabricante de reboques e semirreboques) e Gerdau Next (fundo de corporate venture capital e aceleradora de startups). Com a operação, as empresas pretendem desenvolver serviços de locação de equipamentos agrícolas, módulos ferroviários, contêineres e veículos comerciais. O edital que dá publicidade a operação foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU) na última sexta-feira (23).

A Gerdau Next é o braço de novos negócios da Gerdau que tem como missão diversificar globalmente o portfólio. O objetivo é aumentar as receitas totais da Gerdau, para além dos negócios tradicionais da companhia, por meio da criação e incorporação de novas empresas em segmentos estratégicos.

A Randon Implementos faz parte do Grupo Randon, que iniciou suas atividades em 1949, sendo atuante no mercado de implementos rodoviários. Já a Gerdau Next pertence ao Grupo Gerdau, um tradicional produtor brasileiro de aço e que fornece seus produtos para uma ampla gama de indústrias e setores econômicos, como construção civil, automotivo, agrícola, energia, industrial e fabril.

No formulário de notificação apresentado ao Cade, as empresas alegam que a operação permitirá à Randon e à Gerdau a diversificação de sua atuação por meio do desenvolvimento de um novo serviço, além das áreas em que tradicionalmente atuam. Elas acreditam que poderão utilizar a expertise, marca e o reconhecimento que possuem nos mercados em que operam para viabilizar a entrada no novo segmento.

Conforme a legislação, a análise concorrencial de atos de concentração deve ser concluída em até 240 dias. Esse prazo legal pode ser ampliado por mais 90 dias, mediante decisão fundamentada do Tribunal Administrativo do Cade, ou por 60 dias a pedido de advogados das partes.

Os atos de concentração podem ser enquadrados pelo Cade como sumários, considerados mais simples do ponto de vista concorrencial, ou ordinários, que demandam uma análise mais aprofundada. A apreciação das operações submetidas ao procedimento sumário deve ser finalizada em até 30 dias, conforme disposto na Resolução nº 33/2022.

Nesta quarta-feira, encerrando o Fórum de Concorrência da América Latina e do Caribe, o Cade, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) reuniu autoridades e especialistas em direito concorrencial dos países membros da OCDE e outras organizações internacionais para discutir sobre mercado relevante nos segmentos de óleo e gás, bem como atos de concentração nos diferentes mercados que compõem os meios de comunicação digital.

O fórum, que aconteceu no Rio de Janeiro, em continuidade ao evento iniciado na terça-feira (27), contou com dois painéis. O primeiro, moderado por Frédéric Jenny, presidente do Comitê de Concorrência da OCDE, tratou do mercado relevante nos segmentos de óleo e gás.

O debate ressaltou que estes segmentos são importantes para a atividade econômica dos países latino-americanos, com relevantes repercussões domésticas e internacionais, indicando a importância da defesa da concorrência para agentes de mercado, consumidores e outros atores da economia.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Balanços patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.303	7.772	3.729	12.425
Contas a receber	4	14.934	19.560	20.858	30.923
Cheques em custódia	5	43	69	86	115
Impostos a recuperar	6	4.303	4.149	7.548	7.440
Outros	7	15.133	8.674	15.719	14.327
Total do ativo circulante		37.716	40.224	47.940	65.230
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	3	119	489	155	840
Partes relacionadas	16	37.716	39.852	34.270	36.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	146.782	113.399	145.762	112.379
Depósitos judiciais		4.712	4.731	5.861	5.833
Investimento	8	87.870	105.186	–	–
Imobilizado líquido	9	184.237	206.684	294.311	328.176
Intangível	10	53.872	55.163	80.457	81.782
Direito de uso	15	185.418	145.487	257.698	212.724
Outros		56	59	692	692
Total do ativo não circulante		700.783	671.050	819.207	778.699
Total do ativo		738.499	711.274	867.146	843.929

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	71.025	41.777	75.160	44.670
Fornecedores		44.522	23.090	53.856	28.930
Obrigações trabalhistas		11.581	11.758	18.919	14.148
Obrigações tributárias	12	19.667	7.510	25.104	10.535
Obrigações tributárias parceladas	13	9.379	6.867	10.946	7.395
Serviços faturados e não executados	14	73.875	63.605	110.283	96.908
Leasing a pagar	15	41.619	39.439	58.724	54.689
Partes relacionadas	16	70.517	50.770	4.764	6.531
Outros		13.496	4.256	15.787	7.753
Total do passivo circulante		355.680	249.072	373.543	271.560
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	205.176	257.246	211.386	263.153
Leasing a pagar	15	166.654	122.717	231.979	182.441
Obrigações tributárias parceladas	13	29.264	19.088	34.137	20.972
Provisão para contingências	17	1.322	1.407	1.422	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital		332	283	332	283
Fornecedores		554	2.213	554	2.213
Adiantamentos de terceiros	18	3.271	–	3.271	–
Total do passivo não circulante		406.572	402.953	483.081	470.594
Patrimônio líquido					
Capital social	19	285.542	285.542	285.542	285.542
Reservas de capital		55.674	55.674	55.674	55.674
Prejuízos acumulados		(364.970)	(281.968)	(364.970)	(281.968)
		(23.753)	59.248	(23.754)	59.248
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	34.276	42.526
Total do Patrimônio líquido		(23.753)	59.248	10.522	101.774
Total do passivo e patrimônio líquido		738.499	711.274	867.146	843.929

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) por ação)

	Atribuível aos acionistas da Controladora							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de ágio	Custos nas emissões das debêntures conversíveis	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(203.363)	137.853	55.131	192.984
Opção de compra investimento	–	–	–	–	–	–	(2.899)	(2.899)
Perda no investimento	–	–	–	–	–	–	(3.477)	(3.477)
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	(327)	(327)
Prejuízo acumulado	–	–	–	–	(78.605)	(78.605)	(5.902)	(84.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(281.968)	59.248	42.526	101.774
Aporte de capital	–	–	–	–	–	–	159	159
Perda no investimento	–	–	–	–	–	–	(48)	(48)
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	(2.814)	(2.814)
Prejuízo acumulado	–	–	–	–	(83.001)	(83.001)	(5.547)	(88.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	285.542	21.550	40.168	(6.044)	(364.969)	(23.753)	34.276	10.523

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) por ação)*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	20	165.443	128.752	235.234	179.983
Custo dos serviços prestados	20	(144.739)	(118.982)	(205.842)	(165.807)
Lucro bruto		20.704	9.770	29.392	14.176
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais	22	(4.120)	(5.354)	(6.067)	(8.009)
Despesas gerais e administrativas	20	(56.360)	(55.507)	(72.712)	(67.710)
Equivalência patrimonial		(13.480)	(11.001)	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	23	2.335	6.015	1.996	5.881
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e do resultado de equivalência patrimonial		(50.921)	(56.077)	(47.391)	(55.662)
Despesas financeiras	21	(68.614)	(65.862)	(76.650)	(71.998)
Receitas financeiras	21	3.187	14.217	2.216	14.060
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(116.348)	(107.722)	(121.825)	(113.600)
Imposto de renda e contribuição social	24	33.346	29.117	33.277	29.092
Prejuízo do exercício		(83.001)	(78.605)	(88.548)	(84.507)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas controladores		(83.001)	(78.605)	(83.001)	(78.605)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	(5.547)	(5.902)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) por ação)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo líquido do exercício	(83.001)	(78.605)	(88.548)	(84.507)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(83.001)	(78.605)	(88.548)	(84.507)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a				
Participação dos acionistas controladores	–	–	(83.001)	(78.605)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(5.547)	(5.902)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) por ação)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(116.348)	(107.722)	(121.825)	(113.600)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização	71.887	70.410	101.825	97.704
Resultado da equivalência patrimonial	13.480	11.001	–	–
Ajuste no valor justo dos derivativos	–	434	–	434
Provisão para contingências	625	313	672	629
Ganho/perda com participações societárias	(1.106)	(3.436)	(48)	(6.375)
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos e debêntures	49.341	30.569	59.506	31.031
IR/CS diferido	(36)	(4.114)	(106)	(4.139)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	2.704	–	3.186
Baixas de imobilizados e investimentos	1.076	2.886	2.665	2.958
(Aumento) diminuição nas contas do ativo				
Contas a receber de clientes	4.652	15.176	10.093	41.522
Depósitos judiciais	19	(975)	(27)	(1.004)
Impostos a recuperar	(154)	2.701	(109)	2.095
Despesas antecipadas	(26)	154	(26)	(457)
Outras variações no ativo	(6.434)	1.746	(6.309)	2.589
Aumento (diminuição) nas contas do passivo				
Fornecedores	19.773	11.250	23.267	12.179
Juros pagos	(25.524)	(11.137)	(26.489)	(11.481)
Impostos, taxas e contribuições	24.846	9.080	31.285	12.503
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	(177)	2.388	9.714	2.022
Serviços faturados e não prestados	10.270	(795)	13.375	2.808
Outras variações no passivo	11.801	(7.510)	10.522	(7.085)
Fluxos de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	57.965	25.124	107.985	67.519
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	370	(152)	686	5
Aquisições de imobilizado	(3.482)	(6.268)	(5.234)	(10.585)
Aquisições de intangível	(60)	(1.038)	(65)	(1.039)
Dividendos recebidos	4.942	–	159	–
Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas	–	–	–	–
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	1.770	(7.458)	(4.454)	(11.619)
Atividades de financiamento				
Créditos com partes relacionadas	21.883	34.115	234	3.240
Captações de empréstimos e debêntures	–	31.347	(27.221)	38.357
Pagamentos de empréstimos	(24.753)	(35.669)	3.707	(36.403)
Pagamentos de arrendamentos	(61.382)	(45.077)	(86.182)	(59.706)
Distribuição de lucros	–	–	(2.814)	(328)
Aumento de capital e AFAC	49	–	49	–
Fluxo de caixa líquido originado (aplicação nas) de atividades de financiamento	(64.203)	(15.284)	(112.227)	(54.840)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(4.469)	2.382	(8.696)	1.060
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.772	5.390	12.425	11.365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.303	7.772	3.729	12.425

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A A!Bodytech Participações S.A. ("A!Bodytech" ou "Companhia" e conjuntamente com as suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro–RJ. Foi constituída em 07 de novembro de 2005, tem como objetivo: (a) A exploração de atividades esportivas em geral, inclusive academias de ginástica, atletismo, musculação, natação e outras atividades e serviços afins, tais como sauna, salões de beleza, salões de massagem, salões de estética, cabeleireiros, bares e restaurantes. (b) A prestação de serviços de gestão e administração de academias de ginásticas e centros esportivos. (c) O licenciamento de marcas e patentes, inclusive de quaisquer espécies de material e vestuário esportivo. (d) A realização de eventos esportivos. (e) A realização de importações de bens e serviços relacionados às atividades da Companhia. (f) O exercício de outros negócios afins ou correlatos ao seu objeto social. (g) A participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza ou tipo. (h) Locação, importação e manutenção de equipamentos de ginástica, dentre outras. Atualmente a Companhia e suas controladas estão presentes nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Paraná. Adicionalmente, a Companhia está presente em Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, e Mato Grosso com operações de franquia. Situação econômico-financeira: No decorrer do exercício de 2021, a Companhia continuou sendo afetada pela pandemia, em especial no período de março a abril, quando da chegada da nova onda Delta e consequente medidas restritivas impostas pelos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, conforme o caso, incluindo, mas não se limitando a (i) interrupção de suas atividades em março e abril de 2021 em algumas cidades de atuação, (ii) continuidade de restrições quanto ao horário de funcionamento, (iii) restrições de atividades, (iv) restrição de público a ser atendido, (v) restrição de dias de funcionamento, (vi) limitação de capacidade de atendimento com obrigatoriedade de agendamento prévio, (vi) rigorosos protocolos de atendimento quanto ao uso da máscara, distanciamento e higienização, entre outras. Adicionalmente as restrições impostas pelos decretos Estaduais e Municipais as empresas mantiveram política de Home Office, o que alterou de forma relevante a dinâmica de utilização da academia pelos clientes que tinham a sua conveniência de escolha na proximidade do seu trabalho. Além disso, o fechamento das escolas para atividades presenciais, em especial neste período de março a abril de 2021 também alterou a rotina familiar e afastou as crianças das atividades infantis presenciais nas academias. A Companhia continuou se ajustando a este desafiador cenário com diversas medidas, entre elas: • Em relação aos colaboradores, manteve constante relacionamento com os mesmos, através das plataformas de vídeo conferência, para assegurar todo o apoio e orientação para um retorno seguro e responsável com suporte direto de atendimento com médica do trabalho e equipe de RH. • Em relação a receita e manutenção dos clientes (a) reforçou a estratégia de entrega de serviços digitais, disponibilizando para todos seus clientes o acesso de forma gratuita à plataformas on demand (prescrição de treinos, programas de treinamento e aulas coletivas) e ao vivo (com seus principais instrutores de atividades coletivas) através da aplicativo BTFIT, (b) prorrogou os vencimentos dos planos pelo número de dias que as academias ficaram fechadas, (c) possibilitou que os clientes trancassem seus planos, após a reabertura, por prazo indeterminado como forma de evitar o cancelamento de plano, (d) criou incentivo promocionais para retorno dos clientes e (e) reforçou em seus meios de comunicação diretos e por mídias sociais os protocolos de segurança adotados para dar tranquilidade e confiança aos clientes quanto a um retorno seguro. • Em relação aos custos adotou medidas tais como (a) adequação do quadro de colaboradores ao novo cenário de demanda, (b) Suspensão e redução da jornada de trabalho dos colaboradores, (c) negociação dos valores de locação e dos índices de correção anual,(d) negociação com prestadores de serviço, fornecedores e eliminação de atividades não essenciais. • Em relação aos investimentos foram mantidos os considerados essenciais para o funcionamento da operação, segurança e iniciativas digitais. • Em relação aos credores a Companhia manteve estreito relacionamento com os mesmos no sentido de adequar os compromissos de pagamento de juros e principal a efetiva geração de caixa. No final de 2021, em função da elevação da taxa Selic a Cia renegociou com os principais credores stand still de amortização de principal para o ano de 2022. Apesar do cenário ainda adverso a Cia evoluiu de forma consistente nos indicadores de retorno de clientes e encerrou o ano de 2021 com: Base de clientes nas unidades próprias em relação a 31 de dezembro de 2021 comparado percentualmente a base de clientes ativa pagante de 28/02/2020: a. Clientes pagantes : 70,5 % (em dez/2020 – 54,9 %) b. Clientes trancados : 10,7 % (em dez/2020 – 16,8 %) c. Clientes ativos (a+ b) : 81,2 % (em dez/2020 – 71,7 %). Receita Operacional Líquida: Como parte da estratégia de recuperação da receita a Companhia (i) manteve as iniciativas promocionais ao longo de 2021, (ii) reforçou e ampliou todas as iniciativas digitais, integrando com as atividades presencias nas academias de tal forma a oferecer o Fitness híbrido, importante tendência mundial no mercado de Fitness e decorrente da acelerada mudança de comportamento do consumidor na utilização dos serviços de forma presencial e digital, (iii) manteve estreito cumprimento e comunicação dos protocolos sanitários para garantir a percepção de segurança e confiança dos clientes, (iv) reforçou programas e serviços para clientes com comorbidade e recuperação pós covid. (v) manteve relevante atuação no mercado Corporativo através do Gympass.

A Companhia encerrou o exercício com 100 operações sendo 98 academias e administração de 2 clubes sociais.

Academias	Própria	Franquia	Total Geral
Bodytech	59	14	73
Fórmula	8	17	25
Total Geral	**67**	**31**	**98**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia no consolidado apresenta insuficiência de capital circulante de R$ 325.604 (R$ 206.330 em 2020), que, se deduzidos de (i) R$ 110.283 referentes a conta de serviços faturados e não executados (R$ 96.908 em 2020) e (ii) R$ 58.724 referentes a conta de arrendamento a pagar (R$ 54.689 em 2020), decorrente da adoção da IFRS 16 e que tem como sua contrapartida o direito de uso registrado ativo não circulante, tal insuficiência é reduzida para um capital circulante ajustado negativo de R$ 156.597 (capital circulante ajustado negativo de R$ 54.733 em 2020). **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais políticas contábeis:** A autorização pela Administração para conclusão da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu em 29 de junho de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal das operações. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras **individuais e consolidadas**, estão divulgadas na Nota 2.21. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as seguintes empresas:

Controladas	2021	2020
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	**57,15**	61,13
Focus Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**83,3**	83,3
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**62,5**	62,5
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99,93**	99,93
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**80,55**	80,55
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**70**	70
FHS Administração, Partipações e Serviços Ltda.	**58,49**	58,49
Nova Express Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda.	**99,9**	99,9
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99,9**	99,9
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**52,02**	52,02
Multione Fitness Ltda.	**100**	100
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	**99**	99

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para os mesmos períodos de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativo e passivos. **2.2 Instrumentos financeiros:** Em relação à NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, são abarcados, na Companhia, os seguintes itens patrimoniais: fundo de aplicação; créditos a receber de clientes; instrumentos financeiros derivativos; e contas corrente com relacionadas. Contabilmente, não houve alteração no tratamento dados a qualquer item, conforme detalhado a seguir: **Fundo de aplicação**: são valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalente de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Podem ainda ser classificados como depósitos judiciais, quando representam depósitos efetuados pela Companhia em garantia de algum processo judicial em que é parte. Em todos os casos a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação. No caso dos depósitos judiciais, não são mantidos para negociação presente, mas não houve a opção irrevogável de reconhecer pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). Portanto, transita pelo resultado (VJR). **Créditos a receber de clientes**: não possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as parte, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. No tocante às perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia já adota política de estimar suas perdas futuras. A política atual prevê que valores de clientes com atraso superior a 180 dias tendem a se tornar incobráveis, sendo, neste momento, reconhecidos as perdas de créditos. **Instrumentos financeiros derivativos:** são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **Contas correntes com relacionadas**: são ativos que possuem componentes de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, sendo aplicável taxa média de captação. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.4 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido. As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação dos serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9)–Instrumentos financeiros. Os cálculos do ajuste a valor presente não apresentaram valores relevantes em razão do curtíssimo prazo de liquidação dos saldos a receber. Portanto, não houve contabilização de Ajuste a Valor Presente (AVP) para esses ativos conforme a NBC TG 12 – ajuste a valor presente. **2.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "*pro rata dia*". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12– ajuste a valor presente. **2.7 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em controladas são eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em sua investida. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de controle ou influência significativa e o valor justo do investimento remanescente resultados da venda. **2.8 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **2.9 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Computadores e periféricos: 5 anos; • Móveis, máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos operacionais: 5 anos; • Outros: 5 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.10 Direito de uso e arrendamento financeiro:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por período de tempo em troca de contraprestação. **Arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. **2.11 Ajuste a valor presente:** A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** Os em-

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

préstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.14 Operações com partes relacionadas – A receber e a pagar:** São apresentadas aos valores presentes, e de realização. A Administração não tem como política a constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em transações com partes relacionadas. **2.15 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias em que a Companhia e suas controladas estão inseridas. **2.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** **Impostos correntes (lucro real):** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32–Imposto sobre o lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.17 Participação nos lucros de empregados e administradores:** A Companhia possui planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, quando aplicável, encontra-se reconhecido em resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A provisão e pagamento de bônus são baseados em meta de resultados anuais, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. **2.18 Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Serviços faturados e não prestados correspondem aos pagamentos antecipados, cujos serviços não foram prestados. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. **2.19. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na Companhia adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Adicionalmente, eventuais diferenças entre valores justos estimados e os efetivamente pagos serão ajustadas no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação. **2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir. a) *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Avaliação do valor recuperável de ativos:* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macro econômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. O principal ativo da Companhia que têm seus valores de recuperação anualmente testados no final de cada exercício social é o intangível com vida útil indefinida. **2.22 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 8 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4–Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1–Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. **3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	**3.303**	**7.772**	**3.729**	**12.425**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**3.303**	7.772	**3.729**	12.425
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**119**	**489**	**155**	**840**
Total dos títulos e valores mobiliários	**119**	489	**155**	840

As aplicações financeiras classificadas em equivalentes de caixa têm vencimentos inferiores a três meses contados da data de contratação ou possuem compromisso de recompra por parte das instituições financeiras, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores a três meses, e são mantidos para negociação. A parcela registrada no ativo não circulante refere-se a aplicações financeiras utilizadas como garantia de reserva de liquidez da segunda e terceira emissão de debêntures e capital de giro.

4. Contas a receber

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Mensalidades	**12.426**	17.803	**17.736**	28.953
Marketing	**233**	228	**97**	57
Royalties	**246**	156	**246**	156
Outras	**2.523**	1.867	**3.273**	2.251
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	**(494)**	(494)	**(494)**	(494)
Total	**14.934**	**19.560**	**20.858**	**30.923**

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

Faixas de vencimento	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer				
De 1 a 30 dias	**504**	4.971	**705**	8.178
De 31 a 60 dias	**23.230**	1.731	**26.094**	2.725
De 61 a 90 dias	**8.107**	1.127	**11.980**	1.801
De 91 a 180 dias	**20.675**	3.203	**30.355**	4.775
Mais de 180 dias	**19.169**	6.106	**29.275**	8.151
Antecipação de cartão de crédito (UR´s)	**(62.882)**	–	**(88.888)**	–
Vencidos	**6.131**	2.422	**11.337**	5.293
Total	**14.934**	**19.560**	**20.858**	**30.923**

O Banco Central do Brasil publicou duas normativas, a Resolução nº 4.734/2019 e Circular Bacen nº 3.972. A publicação das normativas criou uma nova forma de registro: as Unidades de Recebíveis (UR). Assim, a liquidação deixa de ser parcela por parcela. As UR´s consistem na união dos dados: • CNPJ; • Operadora; • Arranjo de Pagamento (modalidade e bandeira); • Data do vencimento; A partir do dia 06 de junho de 2021, conforme Regularização do Banco Central do Brasil, as operações de antecipação de cartão passaram a ser viabilizadas pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP). No exercício de 2021, foi registrada uma perda de crédito no valor de R$319 e R$333 no consolidado. Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento. Para termos e condições acordados entre as partes relacionadas. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, o que reforça a razoabilidade da reserva estimada pela Companhia. **5. Cheques em custódia:** Correspondem aos cheques recebidos dos clientes decorrentes da venda dos planos e forma de pagamentos oferecidos (trimestral/semestral/anual). Os valores são realizados nos prazos de vencimento de cada parcela, mediante o depósito em conta bancária da Companhia. Atualmente a Companhia não opera mais com essa modalidade de operação.

Faixas de vencimento	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Vencidos	**43**	**69**	**86**	**115**
Total	**43**	**69**	**86**	**115**

6. Impostos a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF s/aplicações	**931**	911	**1.323**	1.254
Imposto de renda	**–**	–	**1.378**	1.303
Contribuição social	**–**	–	**568**	520
PIS	**–**	13	**117**	174
Cofins	**–**	56	**374**	644
Retenção Lei 10833/2003	**717**	745	**720**	748
Programa de regularização de impostos	–	–	**203**	203
Outros	**2.655**	2.424	**2.865**	2.594
Total	**4.303**	**4.149**	**7.548**	**7.440**

Os créditos de IRRF sobre aplicações financeira são utilizados ao longo do ano quando apurado IR a recolher, ou compensados com outros tributos federais a partir do ano seguinte quando restar saldo a recuperar. Os créditos do Programa de Regularização de Impostos são basicamente pela adesão ao programa e desistência do PRT e adesão ao PERT. Que serão utilizados para futuros parcelamentos de débitos federais.

7. Outros Circulantes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamentos a fornecedores	**1.302**	317	**2.007**	1.076
Adiantamentos a funcionários	**93**	–	**196**	–
Adiantamento direito de uso	**3.942**	4.468	**5.583**	5.730
Adiantamentos a terceiros	**191**	181	**219**	206
Outros adiantamentos	**157**	–	**157**	–
Adiantamentos de lucros	**5.535**	–	**3.796**	3.796
Contingências judiciais a recuperar	**1.248**	1.250	**1.513**	1.515
Reembolsos assistências médicas	**27**	51	**32**	69
Estoques de uniformes	**369**	369	**557**	561
Despesas pagas exercícios seguintes	**264**	221	**348**	393
Depósitos em canção	**13**	13	**18**	18
Outros créditos	**1.992**	1.804	**1.293**	963
Total	**15.133**	8.674	**15.719**	14.327

(i) Adiantamentos direito de uso: apropriação do contrato de arrendamento mensal a pagar. (ii) Contingências judiciais a recuperar: processos julgados em 1ª Instancia, pagos, que a Cia irá recorrer e que poderão ser recuperados**. 8. Investimentos:** Movimentação dos investimentos – Controladora

Investida	2020	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/perda investimento	2021
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	15.086	(1.914)	(2.113)	628	**11.687**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	(458)	–	(2.139)	–	**(2.597)**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	3.865	–	(1.746)	–	**2.119**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	17.443	–	(1.645)	17	**15.815**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	24.714	–	(580)	–	**24.134**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	8.013	–	(1.071)	–	**6.942**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	1.685	–	(499)	–	**1.186**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	15.543	(3.028)	179	451	**13.145**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	(1)	–	–	–	**(1)**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	12.024	–	(2.431)	1.043	**10.636**
Multione Fitness Ltda.	7.235	–	(1.265)	1.033)	**4.937**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	37	–	(170)	–	**(133)**
Total	**105.186**	**(4.942)**	**(13.480)**	**1.106**	**87.870**

(i) Ao saldo do investimento nas controladas são acrescido o saldo do ágio referente às empresas incorporadas.

Investida	2019	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ganho/perda investimento	2020
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	12.751	–	(1.432)	3.767	**15.086**
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	1.115	–	(1.573)	–	**(458)**
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	4.504	–	(639)	–	**3.865**
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	18.085	–	(316)	(326)	**17.443**
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	26.649	–	(1.935)	–	**24.714**
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	8.972	–	(959)	–	**8.013**
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.205	–	(520)	–	**1.685**
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	15.857	–	(314)	–	**15.543**
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	(1)	–	–	–	**– (1)**
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	15.455	–	(2.388)	(1.043)	**12.024**
Multione Fitness Ltda.	7.048	–	(853)	1.040	**7.235**
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	111	–	(74)	–	**37**
Total	**112.751**	**–**	**(11.003)**	**3.438**	**105.186**

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Investida	Participação percentual	Ágio	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
BRDF Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	61,13	–	85.456	29.949	25.737	21.620	(4.211)
Focus Fitness Academia de Ginástica Ltda.	83,30	-	11.547	1.900	(3.117)	2.985	(2.568)
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	62,50	6.311	54.280	31.273	28.517	14.131	(928)
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,93	2.510	23.777	14.497	13.313	3.552	(1.646)
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	80,55	–	12.826	10.989	8.616	3.888	(1.329)
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	70,00	–	3.441	6.575	1.694	1.446	(712)
FHS Adm. Participações e Serviços Ltda.	58,49	7.514	29.916	8.875	9.629	10.238	307
Nova Express Comércio e Equip. e Part. Ltda.	99,90	4.220	3.028	1.055	(2.099)	1.703	(1.747)
Fórmula BRDF Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,90	- -	-	10	-	-	-
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	52,02	-	41.445	27.764	18.443	11.784	(4.672)
Multione Fitness Ltda.	100,00	4.108	4.237	5.540	1.870	2.011	(1.265)
BT02 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	99,00	–	677	6.000	(135)	16.194	(172)
Total		**24.663**	**270.629**	**144.425**	**102.468**	**89.551**	**(18.946)**

O teste de recuperação dos ativos foi aplicado individualmente para cada controlada de acordo com CPC 01, que leva em consideração o fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, que corresponde a cada uma das academias. Como resultado dessa análise, a Companhia não identificou perda na deterioração dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **9. Imobilizado:**

Controladora

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2020	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2021
Custo						
Computadores e periféricos	20	12.665	89	–	(35)	12.719
Máquinas e equipamentos	10	14.901	1.103	–	(54)	15.950
Móveis e utensílios	10	13.549	30	–	(5)	13.574
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	86.082	411	–	(6.114)	80.379
Esteiras	20	838	–	–	–	838
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	8.665	533	–	(58)	9.140
Equipamentos médicos	10	2.412	2	–	–	2.414
Instalações	10	33.945	389	–	–	34.334
Importação em andamento	10	194	–	–	(77)	117
Outros	20	769	–	–	–	769
Construção em andamento	–	10.135	–	–	–	10.135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	318.849	925	–	(47)	319.727
		503.004	3.482	–	(6.390)	500.096
Depreciação						
Computadores e periféricos		(11.324)	(603)	–	35	(11.892)
Máquinas e equipamentos		(10.440)	(1.107)	–	31	(11.516)
Móveis e utensílios		(10.596)	(781)	–	5	(11.372)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(70.098)	(6.290)	–	5.178	(71.210)
Esteiras		(835)	(4)	–	–	(839)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(6.409)	(828)	–	65	(7.172)
Equipamentos médicos		(2.352)	(36)	–	–	(2.388)
Instalações		(22.469)	(2.732)	194	–	(25.007)
Outros		(650)	(6)	–	–	(656)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(161.147)	(12.466)	(194)	–	(173.807)
		(296.320)	(24.853)	–	5.314	(315.859)
Imobilizado líquido		**206.684**	**(21.371)**	**–**	**(1.076)**	**184.237**

Controladora

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2020
Custo						
Computadores e periféricos	20	12.704	83	1	(123)	12.665
Máquinas e equipamentos	10	14.807	229	(1)	(134)	14.901
Móveis e utensílios	10	13.588	40	–	(79)	13.549
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	87.055	2.012	–	(2.985)	86.082
Esteiras	20	866	–	–	(28)	838
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	8.547	269	–	(151)	8.665
Equipamentos médicos	10	2.432	1	–	(21)	2.412
Instalações	10	33.741	523	–	(319)	33.945
Importação em andamento	10	194	–	–	–	194
Outros	20	769	–	–	–	769
Construção em andamento	–	10.177	67	(21)	(88)	10.135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	319.146	3.044	21	(3.362)	318.849
		504.026	6.268	–	(7.290)	503.004
Depreciação						
Computadores e periféricos		(10.885)	(559)	–	120	(11.324)
Máquinas e equipamentos		(9.594)	(930)	–	84	(10.440)
Móveis e utensílios		(9.907)	(736)	–	47	(10.596)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(66.328)	(6.296)	–	2.526	(70.098)
Esteiras		(843)	(20)	–	28	(835)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(5.807)	(736)	–	134	(6.409)
Equipamentos médicos		(2.318)	(55)	–	21	(2.352)
Instalações		(20.202)	(2.267)	–	–	(22.469)
Outros		(632)	(18)	–	–	(650)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(153.192)	(9.402)	–	1.447	(161.147)
		(279.708)	(21.019)	–	4.407	(296.320)
Imobilizado líquido		**224.318**	**(14.751)**	**–**	**(2.883)**	**206.684**

Consolidado

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2020	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2021
Custo						
Terrenos	-	8.109	-	-	–	8.109
Computadores e periféricos	20	17.721	172	-	(45)	17.848
Máquinas e equipamentos	10	21.714	1.604	-	(54)	23.264
Móveis e utensílios	10	19.065	42	-	(10)	19.097
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	122.732	852	-	(7.707)	115.877
Veículos	20	10	-	-	-	10
Esteiras	20	1.010	-	-	-	1.010
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	13.876	577	-	(140)	14.313
Equipamentos médicos	10	3.706	2	-	(36)	3.672
Equipamentos de comunicação	10	4	-	-	-	4
Instalações	10	49.039	594	-	–	49.633
Importação em andamento	10	204	-	-	(77)	127
Outros	20	1.108	4	-	-	1.112
Construção em andamento	–	10.781	64	-	-	10.845
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	477.997	1.323	-	(300)	479.020
		747.076	5.234	–	(8.369)	743.941
Depreciação						
Computadores e periféricos		(15.473)	(858)	-	41	(16.290)
Máquinas e equipamentos		(14.695)	(1.603)	-	32	(16.266)

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Descrição					
Móveis e utensílios	(13.756)	(1.207)	-	9	(14.954)
Bicicletas, aparelhos de musculação	(98.050)	(8.995)	-	5.471	(101.574)
Veículos	(10)	-	-	-	(10)
Esteiras	(1.007)	(4)	-	–	(1.011)
Equipamentos de ginásticas olímpicas	(10.028)	(1.220)	-	148	(11.100)
Equipamentos médicos	(3.480)	(74)	-	16	(3.538)
Equipamentos de comunicação	(5)	-	-	–	(5)
Instalações	(31.468)	(4.034)	194	–	(35.308)
Outros	(870)	(10)	-	–	(880)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(230.058)	(18.442)	(194)	–	(248.694)
	(418.900)	(36.447)	–	5.717	(449.630)
Imobilizado líquido	**328.176**	**(31.213)**	**–**	**(2.652)**	**294.311**

Consolidado

Descrição	% taxa de depreciação anual	Saldo em 2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2020
Custo						
Terrenos	-	8.109	-	–	–	8.109
Computadores e periféricos	20	17.705	143	1	(128)	17.721
Máquinas e equipamentos	10	21.572	277	(1)	(134)	21.714
Móveis e utensílios	10	19.093	52	–	(80)	19.065
Bicicletas, aparelhos de musculação	20	123.904	2.711	–	(3.883)	122.732
Veículos	20	10	-	–	–	10
Esteiras	20	1.038	-	-	(28)	1.010
Equipamentos de ginásticas olímpicas	20	13.708	319	–	(151)	13.876
Equipamentos médicos	10	3.724	3	–	(21)	3.706
Equipamentos de comunicação	10	4	-	–	–	4
Instalações	10	48.534	824	–	(319)	49.039
Importação em andamento	10	195	9	–	–	204
Outros	20	1.108	-	–	–	1.108
Construção em andamento	–	10.775	347	(252)	(89)	10.781
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	475.240	5.900	252	(3.395)	477.997
		744.719	10.585	–	(8.228)	747.076
Depreciação						
Computadores e periféricos		(14.781)	(816)	–	124	(15.473)
Máquinas e equipamentos		(13.438)	(1.338)	–	81	(14.695)
Móveis e utensílios		(12.754)	(1.050)	–	48	(13.756)
Bicicletas, aparelhos de musculação		(92.357)	(9.080)	–	3.387	(98.050)
Veículos		(10)	–	–	–	(10)
Esteiras		(1.013)	(22)	–	28	(1.007)
Equipamentos de ginásticas olímpicas		(9.028)	(1.134)	–	134	(10.028)
Equipamentos médicos		(3.393)	(108)	–	21	(3.480)
Equipamentos de comunicação		(5)	-	–	–	(5)
Instalações		(28.251)	(3.217)	–	–	(31.468)
Outros		(847)	(23)	–	–	(870)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(217.666)	(13.839)	–	1.447	(230.058)
		(393.543)	(30.627)	–	5.270	(418.900)
Imobilizado líquido		**351.176**	**(20.042)**	**–**	**(2.958)**	**328.176**

A Administração da Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano de 2021 e 2020.

10. Intangível

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2020	Adições	Baixas	2021
Custo					
Marcas e patentes	-	105	–	–	105
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	–	–	2.519
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	1.197
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	4.216
Ágio–Hapag Participações	-	4.134	–	–	4.134
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	–	–	4.426
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	88.905
Licença de uso de software	20	38.233	60	–	38.293
Carteiras de clientes	33	7.667	–	–	7.667
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	1.177
Carteiras de clientes–A!Club Fitness	33	245	–	–	245
		186.894	60	–	186.954
Amortização					
Licença de uso de software		(34.144)	(1.351)	–	(35.495)
Fundo de comércio		(1.152)	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.406)	–	–	(7.406)
Outros		(89.029)	–	–	(89.029)
		(131.731)	(1.351)	–	(133.082)
Intangível líquido		55.163	(1.291)	–	53.872

Controladora

Descrição	% taxa de amortização anual	2019	Adições	Baixas	2020
Custo					
Marcas e patentes	-	105	–	–	105
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.519	–	–	2.519
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	1.197
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	4.216
Ágio–Hapag Participações	-	4.134	–	–	4.134
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.426	–	–	4.426
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	88.905
Licença de uso de software	20	37.216	1.038	(21)	38.233
Carteiras de clientes	33	7.667	–	–	7.667
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	1.177
Carteiras de clientes–A!Club Fitness	33	245	–	–	245
		185.877	1.038	(21)	186.894
Amortização					
Licença de uso de software		(32.904)	(1.261)	21	(34.144)
Fundo de comércio		(1.152)	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.406)	–	–	(7.406)
Outros		(89.029)	–	–	(89.029)
		(130.491)	(1.261)	21	(131.731)
Intangível líquido		55.386	(223)	–	55.163

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2019	Adições	Baixa	2020
Custo					
Marcas e patentes	-	104	–	–	104
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	–	–	2.517
Ágio–RM Academia	-	2.513	–	–	2.513
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	4.216
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	1.197
Ágio–Alpha Par	-	6.311	–	–	6.311
Ágio–FHS Adm. Participações	-	8.063	–	–	8.063
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	–	–	4.427
Ágio–Nova Express	-	4.946	–	–	4.946
Ágio–Hapag Participações	-	4.971	–	–	4.971
Ágio–RRO Academia	-	876	–	–	876
Ágio–Multione Fitness	-	4.270	–	–	4.270
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	88.905
Ágio–BT03 Vitória Fitness Center	-	8	–	–	8
Licença de uso de software	20	39.066	65	(13)	39.118
Carteiras de clientes	33	7.906	–	–	7.906
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	1.177
		215.543	65	(13)	215.595
Amortização					
Licença de uso de software		(34.779)	(1.377)	–	(36.156)
Fundo de comércio		(1.152)	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.410)	–	–	(7.410)
Ágio Lambda		(88.905)	–	–	(88.905)
Outros		(1.515)	–	–	(1.515)
		(133.761)	(1.377)	–	(135.138)
Intangível líquido		81.782	(1.312)	(13)	80.457

Consolidado

Descrição	% taxa de amortização anual	2019	Adições	Baixa	2020
Custo					
Marcas e patentes	-	104	–	–	104
Ágio–Accioly Fitness	-	1.563	–	–	1.563
Ágio–Cemari S.A.	-	29.255	–	–	29.255
Ágio–Atrio Centro Poliesportivo	-	2.517	–	–	2.517
Ágio–RM Academia	-	2.513	–	–	2.513
Ágio–Indianópolis Fitness	-	3.252	–	–	3.252
Ágio–Santana Fitness	-	4.216	–	–	4.216
Ágio–A!Club Fitness	-	1.197	–	–	1.197
Ágio–Alpha Par	-	6.311	–	–	6.311
Ágio–FHS Adm. Participações	-	8.063	–	–	8.063
Ágio–BJ Academia Empreendimentos	-	4.427	–	–	4.427
Ágio–Nova Express	-	4.946	–	–	4.946
Ágio–Hapag Participações	-	4.971	–	–	4.971
Ágio–RRO Academia	-	876	–	–	876
Ágio–Multione Fitness	-	4.270	–	–	4.270
Ágio–Lambda	-	88.905	–	–	88.905
Ágio–BT03 Vitória Fitness Center	-	8	–	–	8
Licença de uso de software	20	38.027	1.039	–	39.066
Carteiras de clientes	33	7.906	–	–	7.906
Fundo de comércio	10	1.177	–	–	1.177
		214.504	1.039	–	215.543
Amortização					
Licença de uso de software		(33.486)	(1.293)	–	(34.779)
Fundo de comércio		(1.152)	–	–	(1.152)
Carteira de clientes		(7.410)	–	–	(7.410)
Ágio Lambda		(88.905)	–	–	(88.905)
Outros		(1.515)	–	–	(1.515)
		(132.468)	(1.293)	–	(133.761)
Intangível líquido		82.036	(254)	–	81.782

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. A taxa de desconto utilizada foi de 14,3%. A Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11. Empréstimos e financiamentos

Controladora	2021		2020	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	32.220	19.564	24.494	37.213
Debêntures (iii)	38.806	182.549	17.283	214.762
Outros (iv)	–	3.064	–	5.271
Total	**71.025**	**205.176**	**41.777**	**257.246**

Consolidado	2021		2020	
Descrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro (i)	36.354	25.774	27.387	43.120
Debêntures (iii)	38.806	182.549	17.283	214.762
Outros (iv)	–	3.064	–	5.271
Total	**75.160**	**211.386**	**44.670**	**263.153**

(i) Capital de giro–As taxas variam de 0,22% a 0,66% ao mês acrescido a remuneração do CDI e são garantidos com equipamentos; (ii) Financiamentos–A taxa do financiamento é de 9,30% a 12,30% ao ano acrescido de TJLP, cesta de moedas que é de 3,70% a 5,30% a.a., variação do dólar de 4,80 a 5,30 e é garantido por aval dos sócios e equipamentos. (iii) Debêntures–Trata-se de 3.100 debêntures simples com valor unitário de R$100, não conversíveis em ações, quirografárias, com garantia real adicional oferecida em direitos creditórios. As debêntures foram emitidas em 15 de maio de 2013 (1.900 debêntures) e 30 de setembro de 2014 (1.200 debêntures), com vencimento para 2025 e são destinadas ao pagamento de dívidas e investimentos em novas academias. A remuneração é paga mensalmente baseada no CDI acrescida de 4,35%. Os saldos de debêntures apresentados estão líquidos dos custos de captação. Os custos são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC 08 (R1)–"Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários". O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.377. Excepcionalmente para o exercício de 2021, os debenturistas dispensaram Companhia da obrigação de cumprir os covenants financeiros previstos na 2ª e na 3ª emissão de debentures. (iv) Empréstimo com a empresa BR Proerties, no montante de R$ 3.064, acrescido de CDI mais 2%, obtido para construção da academia no shopping. Segue abaixo a movimentação da rubrica de empréstimos e financiamentos ocorridos em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**85.434**	**200.249**	**285.683**
Liberações	25.049	6.298	31.347
Transferência longo x curto prazo	(47.884)	47.884	–
Encargos sobre empréstimos	25.316	1.382	26.698
Pagamento de principal	(35.001)	(668)	(35.669)
Pagamento de encargos	(11.137)	–	(11.137)
Custo de captação	–	2.101	2.101
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**41.777**	**257.246**	**299.023**
Liberações	–	–	–
Transferência longo x curto prazo	50.698	(50.698)	–
Encargos sobre empréstimos	26.367	1.302	27.669
Pagamento de principal	(24.753)	–	(24.753)
Pagamento de encargos	(23.064)	(2.460)	(25.524)
Custo de captação	–	(214)	(214)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**71.025**	**205.176**	**276.201**

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**87.331**	**200.827**	**288.158**
Liberações	25.867	12.490	38.357
Transferência longo x curto prazo	(47.020)	47.020	–
Encargos sobre empréstimos	25.708	1.383	27.091
Pagamento de principal	(35.735)	(668)	(36.403)
Pagamento de encargos	(11.481)	–	(11.481)
Custo de captação	–	2.101	2.101
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.670**	**263.153**	**307.823**
Liberações	2.874	833	3.707
Transferência longo x curto prazo	51.231	(51.231)	–
Encargos sobre empréstimos	27.635	1.305	28.940
Pagamento de principal	(27.221)	–	(27.221)
Pagamento de encargos	(24.029)	(2.460)	(26.489)
Custo de captação	–	(214)	(214)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**75.160**	**211.386**	**286.546**

Abaixo demonstramos os saldos por vencimento dos contratos:

Descrição	Controladora	Consolidado
2022	18.826	21.945
2023	6.055	6.055
2024	26.918	34.144
2025	224.402	224.402
Total	**276.201**	**286.546**

12. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRPJ	**19**	19	**159**	315
CSLL	**–**	–	**60**	106
IRRF	**701**	648	**913**	770
IOF	**–**	3	**166**	258
PIS	**896**	315	**1.281**	444
COFINS	**4.244**	1.973	**6.072**	2.542
ISS	**13.299**	4.380	**15.886**	5.893
CSRF	**429**	92	**479**	121
Outros	**79**	80	**87**	86
Total	**19.667**	7.510	**25.104**	10.535

13. Obrigações tributárias parceladas

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Parcelamento PIS/COFINS	**9.259**	5.750	**10.838**	6.603
Parcelamento ISS	**14.319**	15.041	**15.457**	15.156
Parcelamento INSS	**15.064**	5.164	**18.318**	6.608
Parcelamento IRPJ/CSLL	**–**	–	**469**	–
Total	**38.642**	**25.955**	**45.082**	**28.367**
Circulante	**9.379**	**6.867**	**10.946**	**7.395**
Não circulante	**29.264**	**19.088**	**34.137**	**20.972**

Segue abaixo a movimentação dos parcelamentos que foram aderidos em 2021:

Empresa	Modalidade	Data da Consolidação	Quantidade de Parcelas	Valor das Parcelas
A!Bodytech Participações S.A.	PIS/COFINS	Fevereiro	60	59.495,54
A!Bodytech Participações S.A.	IRRF/PIS/COFINS	Abril	3	40.175,91
			81	72.911,84
A!Bodytech Participações S.A.	INSS Patronal	Junho	3	28.381,73
			57	73.194,99
A!Bodytech Participações S.A.	PIS/COFINS	Julho	3	10.211,42
			81	37.441,87
	INSS Patronal		3	30.374,52
			57	158.267,18
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda	INSS Patronal	Agosto	60	888,61
			59	1.283,62
BRDF Fitness Center de Ginástica S.A.	INSS Patronal	Agosto	60	1.868,46
	PIS/COFINS		3	515,79
			81	1.891,25
	INSS Patronal		3	1.260,15
			57	6.566,08
A!Bodytech Participações S.A.	INSS Patronal	Agosto	3	3.975,16
			57	20.712,67
	PIS/COFINS		3	2.187,75
			81	8.021,78
Fórmula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda	INSS Patronal	Agosto	3	1.151,33
			57	5.999,04
			60	1.424,78
	PIS/COFINS		Entrada	500,00
			74	505,53
FHS Administração, Participação e Serviço S.A.	INSS Patronal	Agosto	60	1.206,34
			2	707,79
			58	2.416,25
	PIS/COFINS		2	747,29
			82	1.804,43
Gama Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	PIS/COFINS	Agosto	3	617,89
			81	2.265,62
	INSS Patronal		60	2.355,69
			3	695,66
			57	3.624,77
BRDF Fitness Center de Ginástica S.A.	PIS	Setembro	5	593,22
	Cofins		43	504,29
	IRPJ		60	2.888,67
	CSLL		60	1.069,86
Formula Tiju Fitness Center Academia de Ginástica Ltda	Pis	Setembro	21	514,00
	Cofins		60	877,80
FHS Administração, Participação e Serviço S.A.	PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	Setembro	60	7.018,87
Gama Fitness Center Academia de Ginástica S.A.	PIS	Setembro	16	516,68
	COFINS/IRPJ/CSLL		60	2.781,72
BRDF Fitness Center de Ginástica S.A.	INSS Patronal	Dezembro	3	1.271,69
			57	6.626,19

A Companhia aderiu em 10 de julho de 2020 parcelamento junto a Prefeitura do Rio de Janeiro (Concilia Rio), referente ao período de 2018 e 2019, serão amortizados em 84 parcelas, em 19 de agosto de 2020 parcelamento junto a Prefeitura de Vila Velha, referente ao período de março a junho de 2020, será amortizado em 36 parcelas, em 25 de setembro de 2020 parcelamento junto a Prefeitura da Serra, referente ao período de fevereiro a junho de 2020, será amortizado em 10 parcelas, em 02 de dezembro de 2020 parcelamento junto a Prefeitura de São Luís, referente período de março a outubro de 2020, será amortizado em 31 parcelas. **14. Serviços faturados e não prestados (Controladora e consolidado):** Correspondem aos valores de serviços a serem prestados na controladora no montante de R$ 73.875 (R$ 63.605 em 2020) e no consolidado no montante de R$ 110.283 (R$ 96.908 em 2020), decorrente do plano escolhido (trimestral/semestral/anual) pelo cliente para liberação do acesso às instalações das academias e afins. Os valores são apropriados para a receita na demonstração do resultado do exercício pela efetiva prestação do serviço. A Administração da Companhia monitora o índice de cancelamento dos serviços faturados e não executados de forma a manter no balanço o montante efetivamente comprometido. A Companhia e suas controladas assinam contratos de prestação de serviços por períodos que variam de trimestral a anual. No fechamento dos contratos são efetuados parcelamentos das mensalidades mediante cartão de crédito. **15. Direito de uso arrendamento financeiro (Controladora e consolidado):** Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Companhia de 11,0% e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para a aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das concessionárias com prazo médio de 5 anos. Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia renegociou determinados contratos de aluguel e obtiveram descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela norma IFRS/CPC06 (R2), a Companhia adotou o expediente prático de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, diretamente no resultado do exercício, e não modificando o contrato.

a) Ativo de direito de uso

Arrendamento	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imóveis				
Saldo final	145.487	160.966	212.724	232.002
Atualização monetária	85.612	34.434	108.975	48.294
Amortização	(45.681)	(48.128)	(64.001)	(65.787)
Baixas	–	(1.785)	–	(1.785)
Saldo final	**185.418**	**145.487**	**257.698**	**212.724**

b) Passivos de arrendamento financeiro

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivos de arrendamentos				
Saldo inicial	162.156	172.814	237.130	248.488
Atualização monetária	85.612	34.419	108.975	48.348
Adições contratos de leasing equipamentos	804	–	837	–
Baixa por pagamentos dos Passivos de arrendamento	(47.320)	(35.101)	(63.662)	(45.643)
Baixa por desconto	(14.866)	(24.560)	(23.357)	(37.347)
Juros provisionados	21.886	16.369	30.780	25.069
Baixas por alteração contratual	–	(1.785)	–	(1.785)
Saldo final	**208.272**	**162.156**	**290.703**	**237.130**
Circulante	**41.619**	**39.439**	**58.724**	**54.689**
Não circulante	**166.654**	**122.717**	**231.979**	**182.441**

c) Resultado de arrendamento

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado de arrendamento				
Isenções (arrendamentos variáveis ou prazo inferior a 12 meses)	**1.201**	2.915	**1.569**	3.001
Amortização do arrendamento de aluguel	**28.207**	21.190	**37.173**	26.985
Despesas financeiras–juros acumulados (AVP)	**19.643**	13.972	**26.391**	19.584
Crédito de PIS e COFINS	**(5.097)**	(4.655)	**(8.108)**	(6.843)

16. Transações com partes relacionadas

Ativo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
BT01 Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	529	631	–	–
Focus Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	2.917	2.687	–	–
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda.	–	262	–	–
BTFtit Serviços e Acomp. Treinos Desportivos (*)	34.270	36.272	34.270	36.272
	37.716	**39.852**	**34.270**	**36.272**

Passivo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
RM Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	7.214	7.053	–	–
Fórmula Tiju Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	6.977	2.233	–	–
BRDF Fitness Center Acad. De Ginástica Ltda.	18.197	14.924	–	–
Bahia Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	3.332	2.136	–	–
FHS Administração, Partipações e Serviços Ltda.	9.349	4.838	–	–
Gama Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	15.224	9.125	–	–
Multione Fitness Ltda	2.296	2.128	–	–
Nova Express Com. Empreend. E Part. Ltda.	332	–	–	–
Rio Poty Fitness Center Academia de Ginástica Ltda.	2.832	1.802	–	–
BTG Pactual	4.764	6.531	4.764	6.531
	70.517	**50.770**	**4.764**	**6.531**

As transações entre partes relacionadas são empréstimos às controladas para capital de giro, suportados por contratos de mútuo, sendo os valores corrigidos pela taxa média de captação da Companhia. (*) Empréstimo concedido a empresa BT Fit, com vencimentos de 90 dias e atualizados com a taxa CDI. Esse empréstimo é garantido pelos acionistas. **17. Provisão para contingências:** A Companhia e as controladas são parte integrante de diversos processos de naturezas trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, foram provisionadas as causas consideradas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado					
Natureza da contingência	Saldo em 2020	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2021
Cíveis	**427**	176	-	(258)	**345**
Trabalhistas	**1.106**	496	(11)	(514)	**1.077**
Total	**1.533**	**672**	**(11)**	**(772)**	**1.422**

Consolidado					
Natureza da contingência	Saldo em 2019	Adições (reversões)	Transferências	Pagamentos	Saldo em 2020
Cíveis	**316**	294	-	(183)	(427)
Trabalhistas	**1.476**	336	(9)	(697)	1.106
Total	**1.792**	**630**	**(9)**	**(880)**	**1.533**

As causas com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis estão relacionadas a seguir:

Descrições	2021	2020
Contingências fiscais	**-**	1.999
Contingências trabalhistas	**5.210**	5.306
Contingências cíveis	**12.488**	379
Total	**17.698**	7.684

18. Adiantamentos de terceiros: Correspondem aos valores adiantados dos Planos Corporativos Gympass, referente aos serviços a serem prestados pela Companhia. Essa obrigação será compensada a partir de agosto de 2025 com os valores repassados pela Gympass. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 285.542, divididos em 121.425.155 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de capital: A reserva de capital corresponde ao ágio na emissão de novas ações integralizadas no transcorrer dos exercícios. c) Destinação dos lucros: O lucro líquido do exercício é destinado conforme lei das S.A., sendo 5% à reserva legal, até atingir 20% do capital social; 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, como dividendos mínimos obrigatórios; e o saldo remanescente tem a destinação a ser aprovada pela Assembleia Geral. **20. Receitas, custos e despesas administrativas e gerais**

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Planos	170.492	139.534	248.883	198.624
Matrícula/avaliação	2.482	2.502	3.910	3.941
Nutrição	–	10	0,49	11
Personal	11.997	6.276	16.196	8.869
Patrocínio	480	884	480	884
Locação	4.610	3.625	6.751	5.719
Marketing	2.352	2.343	1.085	487
Royalties	2.413	1.265	2.413	1.265
Outras	6.383	4.737	7.058	5.271
(-) Impostos	(25.219)	(19.770)	(37.219)	(28.456)
(-) Cancelamento de receitas	(10.548)	(12.654)	(14.323)	(16.632)
Total receita operacional líquida	165.443	128.752	235.234	179.983

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custos				
Pessoal	(23.299)	(20.926)	(34.977)	(30.830)
Ocupação	(41.042)	(34.382)	(56.180)	(45.670)
Manutenção	(9.394)	(6.122)	(12.934)	(8.599)
Materiais	(3.059)	(2.447)	(4.668)	(3.602)
Serviços prestados	(19.934)	(16.277)	(30.780)	(24.891)
Depreciação e amortização	(54.374)	(43.471)	(76.185)	(58.902)
Outros	(1.216)	(1.287)	(1.802)	(1.942)
Crédito de PIS e Cofins	7.579	5.930	11.684	8.629
Total dos custos	**(144.739)**	**(118.982)**	**(205.842)**	**(165.807)**

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.737.623/0001-90

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas administrativas e gerais				
Honorários da administração (1)	(2.253)	(1.354)	(3.784)	(1.671)
Pessoal	(34.346)	(33.232)	(45.026)	(42.543)
Ocupação	(393)	(1.415)	(394)	(1.415)
Serviços prestados	(10.993)	(12.454)	(13.005)	(13.065)
Comunicação	(1.550)	(1.218)	(2.176)	(1.639)
Manutenção	(81)	(157)	(81)	(157)
Material	(608)	(392)	(705)	(443)
Outras despesas gerais	(6.136)	(5.285)	(7.541)	(6.777)
Total das despesas administrativas e gerais	**(56.360)**	**(55.507)**	**(72.712)**	**(67.710)**

(1) Os honorários dos administradores da Companhia e de suas controladas no exercício de 2021 totalizaram R$3.784 (R$1.671 em 2020).

21. Resultado financeiro, líquido

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.951)	(14.480)	(4.768)	(13.656)
Juros sobre impostos e reparcelamentos	(7.873)	(3.972)	(9.745)	(4.922)
IOF/IOC	(316)	(738)	(420)	(764)
Tarifas bancárias	(331)	(254)	(824)	(597)
Juros debêntures	(33.397)	(16.024)	(33.397)	(16.024)
Variação cambial e perda com operações de derivativos	–	(12.986)	–	(13.004)
Despesas emissão debêntures	(1.071)	(3.343)	(1.073)	(3.351)
Comissão de fianças	–	(27)	–	(30)
Juros sobre leasing	(19.643)	(13.972)	(26.391)	(19.584)
Outros	(31)	(66)	(31)	(66)
Despesas financeiras	**(68.614)**	**(65.862)**	**(76.650)**	**(71.998)**
Rendimentos das aplicações financeiras	15	26	17	37
Juros recebidos	3.034	1.824	2.248	1.665
Variação cambial e ganho com operações de derivativos	–	12.138	–	12.138
PIS e Cofins sobre receita financeira	(155)	(101)	(439)	(215)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–
Outros	294	330	390	435
Receitas financeiras	**3.187**	**14.217**	**2.216**	**14.060**

22. Despesas comerciais

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Propaganda e promoções	(1.912)	(1.504)	(2.536)	(2.063)
Marketing	–	–	–	(133)
Material gráfico	(180)	(189)	(272)	(296)
Cópia	(2)	(8)	(3)	(9)
Eventos	(165)	(175)	(257)	(230)
Criação, internet e promoção	–	(33)	–	(34)
Taxa administrativas	(1.829)	(3.003)	(2.954)	(4.478)
Comissão de agenciamento	–	(401)	(7)	(723)
Brindes	(33)	(41)	(39)	(43)
Total	**(4.120)**	**(5.354)**	**(6.067)**	**(8.009)**

23. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ganhos na alienação do ativo imobilizado	1.324	2.344	1.858	2.616
Ganho (perda) sobre investimentos	1.034	3.436	(12)	3.591
Outras	(23)	234	150	(326)
Total	2.335	6.015	1.996	5.881

24. Imposto de renda e contribuição social: Ativo fiscal diferido: A movimentação dos impostos diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Controladora

Controladora–descrição	Saldo em 2019	Adições/ exclusões	Saldo em 2020	Adições/ exclusões	Saldo em 2021
Crédito fiscal diferido sobre prej. Fiscal e base negativa	**92.490**	33.245	125.735	33.489	**159.224**
Diferenças temporárias					
Amortização fiscal de ágio	**(12.636)**	–	(12.636)	–	**(12.636)**
Outros	**314**	(14)	300	(106)	**194**
Total	**80.168**	**33.231**	**113.399**	**33.383**	**146.782**

Consolidado

Consolidado–descrição	Saldo em 2019	Adições/ exclusões	Saldo em 2020	Adições/ exclusões	Saldo em 2021
Crédito fiscal diferido sobre prej. Fiscal e base negativa	**92.490**	33.245	125.735	33.489	**159.224**
Diferenças temporárias					
Amortização fiscal de ágio	**(12.636)**	–	(12.636)	–	**(12.636)**
Outros	**(706)**	(14)	(720)	(106)	**(826)**
Total	**79.148**	**33.231**	**112.379**	**33.383**	**145.762**

A Administração estima realizar o ativo fiscal diferido conforme cronograma abaixo:

Ano	Créditos tributários
2023	10.588
2024	30.978
2025	36.578
2026	26.991
2027	19.821
2028	14.556
2029	10.690
2030	7.850
2031	1.172
Total	159.224

Reconciliação da alíquota nominal versus alíquota efetiva

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(116.348)	(107.722)	(121.825)	(113.600)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal–34%	**39.558**	36.625	**41.420**	38.624
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva				
Multas e penalidades	**(36)**	(31)	**(173)**	(48)
Efeito IFRS 16	**(2.033)**	(697)	**(2.985)**	(1.571)
Equivalência patrimonial	**(4.583)**	(3.774)	–	–
Baixa créditos tributários	–	92	–	53
Ajustes provisão exercícios anteriores	–	–	–	15
Outros	**440**	(4.412)	**(4.985)**	(7.981)
Crédito fiscal na demonstração do resultado	**33.346**	29.117	**33.277**	29.092
Corrente	**(37)**	(4.347)	**(106)**	(4.372)
Diferido	**33.383**	33.464	**33.383**	33.464

25. Gerenciamento de riscos financeiros: 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Companhia classificados por categoria:

Controladora

Ativos financeiros	2021 Custos amortizados	2021 A valor justo por meio do resultado (*)	2021 Total	2020 Custos amortizados	2020 A valor justo por meio do resultado (*)	2020 Total
Caixas e equivalentes de caixa	3.303	–	3.303	7.772	–	7.772
Títulos e valores mobiliários	–	119	119	–	489	489
Contas a receber	14.934	–	14.934	19.560	–	19.560
Cheques em custódia	43	–	43	69	–	69
Depósitos judiciais	4.712	–	4.712	4.731	–	4.731
Conta corrente empresas relacionadas	37.716	–	37.716	39.852	–	39.852
Total	**60.708**	**119**	**60.827**	**71.984**	**489**	**72.473**

Consolidado

Ativos financeiros	2021 Custos amortizados	2021 A valor justo por meio do resultado (*)	2021 Total	2020 Custos amortizados	2020 A valor justo por meio do resultado (*)	2020 Total
Caixas e equivalentes de caixa	3.729	–	3.729	12.425	–	12.425
Títulos e valores mobiliários	–	155	155	–	840	840
Contas a receber	20.858	–	20.858	30.923	–	30.923
Cheques em custódia	86	–	86	115	–	115
Depósitos judiciais	5.861	–	5.861	5.833	–	5.833
Conta corrente empresas relacionadas	34.270	–	34.270	36.272	–	36.272
Total	**64.804**	**155**	**64.959**	**85.568**	**840**	**86.408**

(*) Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. As aplicações financeiras e derivativos contabilizadas a valor justo por meio do resultado são mensuradas pelo Nível 2. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, cuja remuneração é equivalente às taxas praticadas no mercado financeiro. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista estarem contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais. Os empréstimos e financiamentos não tem negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as práticas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados não diferem de forma relevante dos respectivos valores justos. As taxas de juros praticadas nas debêntures são condizentes com o mercado brasileiro considerando seu objetivo e avaliação de riscos específicos. Em relação aos financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os mesmos apresentam taxas diferenciadas. Essas taxas são contratadas, evidenciando melhores oportunidades, na época, de captação para a empresa. **25.2 Gestão de risco financeiro:** A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: a) Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um contrato o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). O risco de crédito da Companhia é minimizado em função da pulverização de sua carteira de clientes. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma individualizada para cada empresa e agregada pelo departamento financeiro da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das empresas para assegurar que as mesmas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida das empresas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. d) Derivativos: A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos derivativos com fins especulativos e geralmente não os liquida antes de seus respectivos vencimentos. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia. Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos. **26. Seguros:** Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A apólice está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil de Administradores–D&O	30.000	05/10/2021 a 05/10/2022	Liberty Seguros S.A.
Responsabilidade Civil–Secundário Empresarial	6.988	05/09/2021 a 05/09/2022	Seguros Sura S.A.
Patrimonial (Unidades)	65.850	05/09/2021 a 05/09/2022	Axa Seguros S.A.
Responsabilidade Civil Geral	4.000	05/09/2021 a 05/09/2022	Axa Seguros S.A.

27. Eventos subsequentes: Alteração na apuração do ISS sobre o faturamento mensal. Anteriormente, os serviços prestados eram faturados pela Companhia, independentes da forma de pagamento ou plano contrato, o ISS era recolhido sobre o total contratado. A partir do mês de maio a apuração será apurada pela prestação do serviço.

Diretoria: Luiz Carlos Costeira Urquiza - Diretor Presidente;
Marcelo Vianna Moreira Pequeno - Diretor de Operações;
Eduardo Silveira Netto - Diretor Técnico;
Bruno Leal Franco - Diretor de Marketing e Tecnologia;
Flávia de Oliveira Moreira da Fonseca - Diretora de Recursos Humanos e Franquias.
Contador: Maryleila Santos da Costa CRC-RJ 071197-O.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **A!Bodytech Participações S.A.** Rio de Janeiro–RJ. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **A!Bodytech Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2021, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1, a Companhia continuou sendo afetada pela pandemia recorrentes em suas operações durante os meses de março e abril de 2021, devido as medidas restritivas impostos pelos Governos Estaduais, Municipais e pelo Distrito Federal, possuindo deficiência de capital circulante líquido negativo e prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2021, que juntamente com outros eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade operacional. Os planos da Administração da Companhia, que incluem dentre outros a reestruturação da dívida, a venda de ativos e o fechamento de unidades não rentáveis estão descritos nas mesmas Notas Explicativas. De acordo com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, elas foram elaboradas assumindo que a Companhia continuará operando e não inclui nenhum ajuste devido a essas incertezas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 8, 9 e 23, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de impairment anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), envolve julgamentos complexos e tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos, além dos pressupostos para estimar as bases tributárias futuras. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável tanto do ágio como do ativo imobilizado podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Administração para recuperabilidade destes ativos; • Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; • Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e • Revisão da adequada divulgação realizada nas Notas Explicativas nº 8, 9 e 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 29 de junho de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

Embraer entrega nova geração de radares ao Exército

A Embraer entregou ao Exército Brasileiro as duas primeiras unidades dos radares Saber M60, em sua versão 2.0, que serão utilizados nas Unidades de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro. Além desses dois radares, a Embraer anunciou em abril deste ano um novo contrato que contempla quatro radares adicionais do mesmo modelo.

A aquisição dos radares está prevista no Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro 2020-2023 e amplia a capacidade operacional da Força Terrestre. Desenvolvido pela Embraer em conjunto com o Exército Brasileiro, o Saber M60 é um radar de artilharia antiaérea de baixa altura com 100% de conteúdo nacional e que já se encontra em operação com o Exército. Em 2019, houve a conclusão da fase de atualização tecnológica do radar, resultando na versão 2.0.

O Saber M60 é um radar de busca que integra um sistema de defesa antiaérea de baixa altura visando a proteção de pontos e áreas sensíveis como instalações governamentais e infraestruturas estratégicas. Com tecnologia 3D, possui alcance de 60 quilômetros e até 16,4 mil pés de altura, permitindo rastrear até 60 alvos simultaneamente, incluindo a detecção e classificação automática de alvos. Trata-se de um radar tático de grande flexibilidade operacional, fácil montagem e transporte, podendo ser desdobrado em até 15 minutos. Possui ainda tecnologia LPI (Low Probability Interception), o que permite alta capacidade de atuar na identificação de alvos sem ser facilmente identificado.

O Saber M60 pode ser integrado aos sistemas de armas baseados em mísseis ou canhões antiaéreos, além de possuir provisão para integração com outros sistemas de defesa aérea, tal como o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra).